

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DAIANE EMILEY DA SILVA

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATIVA:
ESTUDO EXPLORATÓRIO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM JOÃO
PESSOA-PB**

João Pessoa
Dezembro/2014

DAIANE EMILEY DA SILVA

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATIVA:

Estudo exploratório do Orçamento Participativo em João Pessoa-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública, pelo curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lizandra Serafim

João Pessoa

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586p Silva, Daiane Emiley da.
Participação política e construção da cidadania ativa: estudo exploratório do orçamento participativo em João Pessoa - PB. / Daiane Emiley da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2014.
71f.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Lizandra Serafim.
Monografia (Graduação de Tecnologia em Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Orçamento participativo. 2. Espaços públicos. 3. Cidadania. I.
Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU (2. ed.): 35(043.2)

DAIANE EMILEY DA SILVA

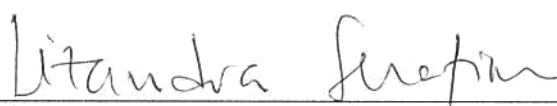
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATIVA:

Estudo exploratório do Orçamento Participativo em João Pessoa-PB

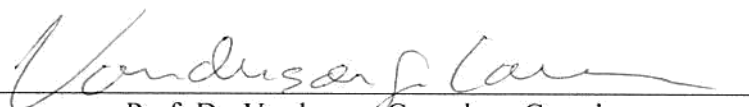
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em, 16 de 12 de 2019.

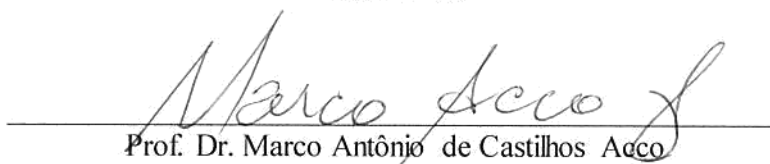
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr.ª Lizandra Serafim
Orientadora



Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro
Examinador



Prof. Dr. Marco Antônio de Castilhos Acco
Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais, Signonark Francisco da Silva e Maria das Graças da Silva, como uma forma de reconhecimento, à eles, a minha imensa gratidão e todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, a quem devo tudo e agradeço por todas as maravilhas que têm feito em minha vida.

Aos meus pais, por toda ajuda e dedicação durante todos esses anos, e por acreditarem que podemos construir um futuro melhor através da educação, sem eles não seria possível à concretização desse sonho, e a minha irmã Tatiane Emily pela ajuda e apoio.

Ao meu tio Shegeak Cristhian por todo o incentivo e apoio em minha vida e durante a minha caminhada acadêmica, e por ser um exemplo de ser humano a ser seguido.

A Willyam Alves por toda paciência e tempo dedicados a mim, além do companheirismo extremamente importante durante todo esse tempo.

A minha orientadora Lizandra Serafim por toda ajuda, atenção e compreensão durante todo o trabalho, além de todo o aprendizado que me foi concedido, levarei comigo o seu exemplo como pessoa e profissional.

Aos meus professores que contribuíram para o meu aprendizado durante todo o curso e que me fizeram acreditar que podemos e devemos mudar a Gestão Pública brasileira.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente com a minha pesquisa meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar como a participação política exercida pelos cidadãos, especificamente os conselheiros, no Orçamento Participativo na cidade de João Pessoa, tem estimulado os mesmos a participarem de outros espaços públicos, contribuindo assim para o exercício da cidadania ativa, ou seja, aquela em que o cidadão, além de estar incluso no processo de decisão sobre os assuntos que dizem respeito a suas necessidades, também usa a participação como instrumento de criação e transformação da realidade em que vive. Logo, trata-se de um estudo exploratório com base em revisão teórica e pesquisa de campo. Devido à criação dos espaços públicos, possibilitando uma gestão pública mais democrática e participativa, questões como participação política e cidadania estão, na maioria das vezes, no centro das discussões que envolvem a busca por uma democracia cada vez mais participativa. Logo, a inclusão dos espaços participativos na gestão pública brasileira requer atenção especial. Afinal, esses espaços são o resultado de um processo de redemocratização da sociedade civil, e da luta dos cidadãos pelos seus direitos. O Orçamento Participativo é um caso prático do resultado dessas lutas, a possibilidade de diálogo e do contato direto com o poder público, conforme pesquisas, vem trazendo resultados positivos acerca de participação e educação política. Ao proporcionar a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão, possibilita o exercício da cidadania ativa, ao considerar os seus avanços no país e por tratar-se de uma ferramenta bastante importante para a gestão pública é de considerável importância a presente análise acerca dos ganhos em participação e desenvolvimento da cidadania ativa pelos cidadãos participantes do OP na cidade de João Pessoa.

Palavras-chave: cidadania ativa; espaços públicos; orçamento participativo; participação.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how political participation exercised by citizens, specifically the directors, the Participatory Budget in the city of João Pessoa, has encouraged them to participate in other public spaces, thus contributing to the exercise of active citizenship, that is, that in which the citizen, as well as being included in the decision making process on issues that relate to their needs, also uses participation as an instrument of creation and transformation of reality in which he lives. So this is an exploratory study based on literature review and field research. Due to the creation of public spaces, enabling a more democratic and participatory governance, issues such as political participation and citizenship are, in most cases, at the center of discussions involving the search for an increasingly participatory democracy. Accordingly, the inclusion of participatory spaces in the Brazilian public management requires special attention. After all, these spaces are the result of a democratization process of civil society, and the struggle of people for their rights. Participatory budgeting is a case study of the outcome of these struggles, the possibility of direct contact and dialogue with the government, as research has brought about positive results of political participation and education. By providing citizen participation in the decision-making process, allows the exercise of active citizenship, to consider their progress in the country and because it is a very important tool for public management is of considerable importance to this analysis about gains in participation and development of active citizenship by participating citizens of PB in the city of João Pessoa.

Keywords: active citizenship; public spaces; participatory budgeting; participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa das 14 Regiões Participativas do OP	27
Quadro 1 - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)	27
Quadro 2 – Perfil do Conselheiro 1	37
Quadro 3 – Perfil do Conselheiro 2	38
Quadro 4 – Perfil do Conselheiro 3	40
Quadro 5 – Perfil do Conselheiro 4	41
Quadro 6 – Perfil do Conselheiro 5	43
Quadro 7 – Perfil do Conselheiro 6	44
Quadro 8 – Perfil do Conselheiro 7	46
Quadro 9 – Perfil do Conselheiro 8	47
Quadro 10 – Perfil do Conselheiro 9	48
Quadro 11 – Perfil do Conselheiro 10	50
Quadro 12 – Perfil do Conselheiro 11	51
Quadro 13 – Perfil do Conselheiro 12	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GECD	GRUPO DE ESTUDO CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA
LDO	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
OD	ORÇAMENTO DEMOCÁTICO
OP	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PMJP	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
PPA	PLANO PLURIANUAL
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
ZEIS	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 SOCIEDADE CIVIL, DEMOCRACIA E CIDADANIA	16
3 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM JOÃO PESSOA – PB	26
3.1 O ciclo do Orçamento Participativo	30
3.2 A participação popular no Orçamento Participativo	32
3.3 Do Conselho do Orçamento Participativo	33
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
4.1 O Perfil dos Conselheiros Municipais	37
4.2 Sistematização de discussão dos resultado	54
4.3 Participação política e cidadania ativa no Orçamento Participativo	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	63
ANEXOS	66

1. INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, ao longo dos anos 80, período em que se inicia o processo de redemocratização, os movimentos sociais e sindicatos ganharam forças em forma de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, o direito de participar da vida política do país era um dos principais motivos das reivindicações, as quais, “projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de sujeitos políticos hoje reconhecidos como interlocutores legítimos no jogo político nacional” (TELLES 1994, p.07).

A reorganização da sociedade civil ocorreu em torno da noção de cidadania ativa, ou seja, da construção de uma sociedade composta por cidadãos portadores de direitos e deveres, como também participantes ativos do processo decisório que antes era ocupado apenas pelo Estado. A cidadania ativa requer a “participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes” (BENEVIDES *apud* SILVA E TAVARES, p.03). Tal noção envolve a inserção de cidadãos preocupados com as necessidades coletivas e sujeitos ativos em temas não só de cunho social, mas também político, assuntos esses que são capazes de mudar a realidade, e que vão desde o calçamento de uma rua até a melhoria no sistema de transporte público, por exemplo.

Esse processo de alargamento da democracia – que vivemos até os dias atuais - se expressa na criação de espaços públicos como conselhos, conferências e orçamentos participativos, e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão. A constituição de espaços públicos representa um saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente, mas não só, pela Constituição de 1988, que foi marco fundamental para a implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade (DAGNINO, 2004).

Com a construção dos espaços participativos, a necessidade dos cidadãos em se associar na busca de objetivos que lhes seriam de difícil consecução ou até mesmo inatingíveis caso fossem perseguidos individualmente, tornou-se evidente, fazendo com que o ato de participar estivesse mais presente na sociedade civil. Logo, cada vez mais os cidadãos se unem na busca de melhorias no serviço público e no atendimento das suas principais e reais necessidades que, aliás, no cenário brasileiro, na maioria das vezes são coletivas, como melhorias no transporte público, saúde, educação, dentre outras. A participação, portanto, deve

ser vista como um grande instrumento de acesso à cidadania, em sua plenitude. A cidadania só se consolida na presença de uma participação entendida como ação coletiva e exercício consciente, voluntário e conquistado (TENÓRIO & ROZENBERG, 1997).

Desde a Constituição de 1988 os espaços participativos vêm se consolidando no Brasil. A exemplo disso destaca-se a participação da sociedade civil em deliberações sobre políticas públicas relacionadas a crianças e adolescentes, assistência social e saúde, através dos chamados conselhos setoriais de políticas públicas. Esses conselhos foram criados no interior do Poder Executivo, contando com a participação da sociedade civil e de representantes de provedores de serviços privados que integram os sistemas nacionais de assistência social e saúde. O papel dos participantes nos conselhos envolve deliberar, juntamente com o poder público, sobre políticas a serem adotadas, exercer controle direto e regular as ações do governo. Exemplos bem sucedidos dessa prática são os Conselhos de Saúde, que representam o setor de políticas públicas mais bem institucionalizado no Brasil, com presença em 98% dos municípios brasileiros (GUARANÁ & FLEURY, 2006).

Outro exemplo concreto desses espaços públicos é o Orçamento Participativo - OP. Esse instrumento de gestão democrática se tornou reconhecido a partir da experiência da cidade de Porto Alegre, implementada em 1989, e constitui-se numa das experiências de gestão democrático-participativa que mais se expandiram nas grandes cidades brasileiras. No ano de 2004, já existiam 194 experiências de orçamento participativo no país (PNUD, 2004 *apud* GUARANÁ & FLEURY, 2006). Estima-se que em 2013 havia 305 experiências de OP em curso no Brasil (FEDOZZI & LIMA, 2013).

O OP apresenta-se como um mecanismo de gestão pública que estabelece o diálogo com a população e incentiva a participação de cada um dos moradores da cidade na discussão das prioridades na aplicação do orçamento voltado para o investimento, indicando obras, serviços e ações que garantam a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais na cidade. Em João Pessoa, cidade onde realizamos essa pesquisa, este instrumento foi institucionalizado no âmbito da administração pública municipal através da Lei Ordinária nº 11.903 de 29 de Março de 2010 na gestão do então prefeito Ricardo Vieira Coutinho, denominado inicialmente de Orçamento Democrático - OD, só então na gestão de Luciano Cartaxo através da Lei 12.539 de 12 de março de 2013 foi realizada a alteração de nomenclatura, desse modo passou-se a ser chamado de Orçamento Participativo, a lei, além de institucionalizar o instrumento no município também foi responsável por dar outras

providências acerca da transição do OD para o OP, com o objetivo de tornar a ferramenta mais participativa, estreitando a relação entre o poder público e a população, segundo o próprio projeto de Lei.

A participação popular ocorre através de diversas etapas, que vão desde as reuniões preparatórias até a avaliação, conforme o Ciclo do OP, as quais serão abordadas com mais profundidade ao longo deste trabalho. Conforme material disponibilizado pela própria prefeitura de João Pessoa, o qual descreve o passo a passo do processo de realização do OP, as demandas do Orçamento Participativo são escolhidas por meio de uma votação, onde a população recebe um formulário, contendo uma lista de políticas, programas, obras, ações e serviços que a Prefeitura disponibiliza nas audiências regionais. Através deste instrumento, os cidadãos fazem as suas escolhas, como também podem apontar outras ações que eles consideram prioritárias para a cidade. Logo, o OP possibilita o compartilhamento do poder por meio da promoção do diálogo continuado entre os governantes e os cidadãos, para a tomada de decisão e escolha de prioridades a serem implementadas pela gestão. (PPA PARTICIPATIVO - PMJP, 2013).

A literatura sobre sociedade civil e espaços públicos/participativos vem assinalando o potencial das experiências participativas enquanto fomentadoras de uma nova cultura política e cidadania ativas entre seus participantes (TELLES, 1994; GECD, 1999; DAGNINO, 2002). No entanto, são poucos os estudos que tratam de explorar os efeitos destas experiências sobre o exercício da cidadania entre seus participantes, em especial no caso específico de João Pessoa. Dessa forma, buscamos realizar uma pesquisa exploratória, sendo assim fundamental um levantamento teórico, como embasamento, para auxílio na realização de entrevistas e análise de dados capaz de identificar em que medida a experiência de participação no OP fortaleceu o exercício da cidadania ativa entre seus participantes.

Diante do exposto e considerando os avanços democráticos que o Brasil vem conquistando ao longo dos anos, o objetivo geral dessa pesquisa consistiu em explorar como a participação política proporcionada pelo Orçamento Participativo tem contribuído para o exercício da cidadania ativa, principalmente no que diz respeito à influência dessa participação no envolvimento e desenvolvimento de outras ações de cunho participativo e associativo fora do OP, pelos conselheiros participantes. Tal análise visa responder à necessidade de um aprofundamento no que diz respeito aos efeitos democratizantes da participação política proporcionada pelo Orçamento Participativo.

Convém ressaltar outros objetivos, mais específicos, que o trabalho propõe, a fim de lidar com este objetivo geral. Tais objetivos envolvem revisão da literatura, a fim de expor os avanços democráticos no Brasil, a construção da cidadania ativa e a relação entre Estado e Sociedade, no processo de redemocratização, como também aprofundar-se no processo de construção dos espaços públicos e o de fortalecimento e consolidação dos Orçamentos Participativos no Brasil. A pesquisa também propõe o levantamento de dados sobre o funcionamento do Orçamento Participativo em João Pessoa, e através da realização de entrevistas utilizando-se de questionários estruturados com conselheiros municipais do OP, explorar o significado da experiência participativa em suas vidas, os possíveis ganhos relacionados à sua constituição enquanto sujeitos ativos politicamente, e os principais desafios encontrados pelos mesmos, no que diz respeito à inclusão no processo participativo do OP no município de João Pessoa, e assim analisar se e como a participação no OP tem estimulado os cidadãos a participarem de outros espaços públicos e mobilizar-se buscando a conquista de direitos e o controle do Estado.

A presente proposta de pesquisa surgiu devido à necessidade de se abordar a relação entre participação política e cidadania ativa, proporcionada pela introdução dos instrumentos participativos na Gestão Pública brasileira, quem vem possibilitando aos cidadãos a participação no processo de tomada de decisão, que antes era exclusivo do Estado. Nesse caso, tomamos como objeto de estudo o Orçamento Participativo, ferramenta que vem possibilitando o acompanhamento das ações da Gestão Pública brasileira pelos cidadãos, no que diz respeito à tomada de decisões, a realização de serviços e ao atendimento das necessidades públicas, sendo assim fundamental a participação dos mesmos nesse processo, devido à aproximação dos fins pretendidos às verdadeiras necessidades dos cidadãos que esses espaços têm possibilitado.

Observada a importância da introdução dos espaços públicos na Gestão Pública brasileira, e dos ganhos democráticos que esses espaços representam, questiona-se se a participação dos cidadãos nos mesmos tem estimulado o desenvolvimento de uma cidadania ativa no município de João Pessoa, através do Orçamento Participativo, levando em consideração principalmente a participação desses cidadãos em outros espaços públicos ou organizações diversas no âmbito da sociedade civil.

Para alcançar os objetivos desse trabalho, foram levantados subsídios históricos acerca da redemocratização da sociedade civil através da luta dos movimentos sociais pela democracia, a fim de entender o processo de construção e efetivação de espaços de diálogos público entre o Estado e os cidadãos, expondo a discussão teórica da relação entre

participação política e cidadania, como também a efetivação de espaços públicos, como o Orçamento Participativo no Brasil e a implantação desse espaço em João Pessoa. Estes assuntos e os autores que os fundamentaram são apresentados no Capítulo I dessa pesquisa.

O Capítulo II apresentará o histórico e o funcionamento atual do Orçamento Participativo na cidade de João Pessoa, e será dividido em três seções: a primeira seção apresenta o ciclo do orçamento participativo em João Pessoa; já a segunda seção busca expor o processo de participação popular no OP; e a terceira seção explica como é realizada a eleição dos Conselheiros do OP, os então representantes da comunidade, e qual o seu papel no processo.

O Capítulo III apresenta e analisa os dados coletados através do trabalho de campo e aplicação de questionários, e é dividido em três seções. Na primeira seção é traçado o perfil dos conselheiros municipais que atuam no OP, baseados no levantamento de dados de campo, envolvendo sua atuação frente à comunidade, os desafios e as melhorias que o OP trouxe para o município. Na segunda seção iremos discutir os resultados da aplicação do questionário, e por fim a terceira seção irá relacionar os dados coletados com o objeto de estudo dessa pesquisa, ou seja, a participação política e a sua relação com a cidadania ativa proporcionada pelo Orçamento Participativo em João Pessoa.

2. SOCIEDADE CIVIL, DEMOCRACIA E CIDADANIA

Buscamos, nesta breve revisão bibliográfica, realizar uma sucinta exposição sobre a (re)emergência da sociedade civil no Brasil durante o processo de redemocratização, expondo como a luta dos movimentos sociais pela democracia foi fundamental para redefinir e atribuir significado mais amplo à noção de cidadania e para conquistar direitos dos cidadãos, principalmente no que diz respeito à construção dos espaços públicos e à participação política nos mesmos. Além disso, buscamos abordar a questão da ampliação da cidadania ativa, cujo fortalecimento é um dos potenciais efeitos da implantação de espaços participativos, como o OP.

Para a compreensão da atual configuração da sociedade civil e desenvolvimento da noção de cidadania ativa, partimos do pressuposto de Marshall (1967), sobre o conceito de cidadania, que para o autor divide-se em três partes, compondo-se de três elementos. São eles: o elemento civil, que é composto pelos direitos necessários à liberdade individual, o qual identifica os tribunais de justiça como as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis. Já o elemento político deve ser entendido como o direito de participar do exercício do poder público, onde as instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos do governo local. Por fim o elemento social envolve “desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967: p.63-64). Nesse caso o sistema educacional e os serviços sociais são as instituições que mais representam esses direitos.

Segundo o autor, nos velhos tempos, esses direitos se constituíam em um só, pois os direitos se confundiam devido ao fato das instituições estarem associadas. Quando essas instituições se desligaram foi possível o desenvolvimento de cada um desses direitos. Dessa forma, historicamente, surgem os direitos civis no século XII, os políticos no século XIX e os sociais no século XX. Assim, expõe o autor, que a “história dos direitos civis em seu período de formação é caracterizada pela adição gradativa de novos direitos a um status já existente e que pertencia a todos os membros adultos da comunidade (...)”. Já “a história dos direitos políticos difere tanto no tempo como no caráter, o período de formação começou, como afirmei, no início do século XIX, quando os direitos civis ligados ao status de liberdade já haviam conquistado substância suficiente para justificar que se fale de um status geral de

cidadania.” Dessa forma, a participação nas comunidades locais e associações funcionais constitui a fonte original dos direitos sociais. (p.68-69)

A participação dos movimentos dos trabalhadores pelo direito à organização e pelo direito a voto no século XIX assegurou o direito dos cidadãos de participarem do poder público garantindo a conquista dos direitos políticos. Para Marshall (1967) “um dos principais feitos do poder político no século XIX foi abrir o caminho para o desenvolvimento do sindicalismo ao tornar os trabalhadores capazes de se valerem de seus direitos civis coletivamente” (p. 103).

No entanto, é válido ressaltar que, conforme Santos (1979), no Brasil, o período pré 1964, é caracterizado pela presença de uma cidadania regulada, restrita e controlada pelo governo. Segundo o mesmo, a cidadania estava associada à ocupação profissional, o cidadão só poderia ser reconhecido de tal maneira se exercesse uma profissão regulamentada. Aqueles cuja ocupação não estivesse reconhecida e definida em lei, eram considerados “pré-cidadãos”.

Como ilustra a passagem abaixo,

“A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim todos aqueles que a lei desconhece” (SANTOS 1979, p.68).

A pressão por parte de diversos setores da sociedade em busca da regulamentação de suas profissões e garantia do gozo dos seus direitos como cidadãos buscava a ampliação da cidadania àqueles que não tinham suas profissões reconhecidas por lei. Segundo Santos (1979), no período de 1930 a 1934 “a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem assim os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania” (p.69). De acordo com o autor, os direitos dos cidadãos decorriam dos direitos das profissões, e as profissões só existiam via regulamentação estatal. Sendo a carteira de trabalho o instrumento de comprovação do contrato entre Estado e a cidadania regulada, dessa forma é a legislação trabalhista que marca o reconhecimento de atores políticos no país, o que naquela época era uma parcela mínima de cidadãos, ou seja, aqueles que ocupavam posições reconhecidas por lei. Logo, a expansão da cidadania só era possível com a regulamentação de novas profissões (SANTOS, 1979).

As décadas de 70 e 80 apresentaram-se como um marco na história da organização civil no país, os movimentos sociais marcam essa época justamente por buscar romper com essa cidadania restrita, na qual o acesso aos direitos e serviços públicos dependiam diretamente da ocupação profissional daqueles cidadãos. Segundo pesquisa feita pelo Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (GECD) da UNICAMP, a categoria sociedade civil vem sofrendo variações e reformulações, que seguem a trajetória das lutas políticas e sociais do país. O uso do termo ganhou terreno durante a ditadura militar, fruto do surgimento e generalização de um conjunto de organizações e associações civis, sendo que a partir dos anos 70 ele passa a ser introduzido e desenvolvido no vocabulário político e desenvolvido teoricamente, já que até então era pouco ou fracamente abordado pelos intelectuais brasileiros (GECD, 1999: 15).

Segundo os autores,

"Num primeiro momento, o uso do termo sociedade civil passa a se constituir como eixo de identificação de diversos atores que se organizavam coletivamente, tornando públicas as suas carências, e reivindicando mais liberdade e mais justiça social, no esboço de um projeto que, naquele contexto, unificava o quadro múltiplo e heterogêneo da organização social, através de uma demanda comum de derrubada do regime autoritário e da construção da democracia" (GECD, 1999, p.17).

Na construção dessa nova sociedade civil portadora de direitos e deveres, os movimentos sociais foram fundamentais para uma nova concepção de cidadãos como sujeitos políticos e participativos, pois foram referência no que diz respeito às reivindicações pelo direito de participar dos processos de tomada de decisão. Os movimentos sociais representaram a inauguração de novas práticas políticas, foram responsáveis por fazer com que a política não fosse mais uma atividade apenas do Estado ou dos partidos, mas de toda a sociedade, conforme ilustra a passagem abaixo.

"Exemplos disso foram as articulações em diferentes momentos e contextos, como a luta pela Anistia; o movimento contra o aumento do custo de vida nos anos 70; o movimento pelas 'Diretas-Já' no início dos anos 80; a campanha pela participação popular na elaboração da Constituição de 88; e, mais recentemente, o movimento pró-impeachment do presidente Collor no início dos anos 90". (GECD, 1999, p.21).

A existência de uma sociedade civil ativa é resultado dessas lutas dos movimentos sociais e mantém uma estreita relação com o exercício da cidadania e a participação política. Aliás, essa redefinição de sociedade civil é evidenciada pelo surgimento de atores sociais que buscavam uma transformação no cenário político, principalmente no que diz respeito aos

direitos dos cidadãos em participar do processo decisório, como também de exigir que suas necessidades fossem levadas ao conhecimento do Estado, e conseqüentemente atendidas pelo mesmo. A ampliação dos direitos e da participação política fazem parte do processo de construção de uma nova concepção de cidadania que Dagnino (2004) define como "cidadania ampliada", segundo a autora,

"a então chamada nova cidadania, ou cidadania ampliada "começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, se organizaram no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc. Inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (e contribuindo para a progressiva ampliação do seu significado) como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política" (2004, p.103).

Para Telles (1994),

"os movimentos sociais, sindicatos e associações civis, que em tempos de crise, se fizeram presentes no cenário público nacional, vêm mostrando a possibilidade da construção de mecanismos públicos de regulação das relações sociais, pautados pelo reconhecimento dos direitos e mediados pelas categorias universais da igualdade e justiça" (p.08).

A ideia de cidadania ampliada caracteriza-se inicialmente por esse reconhecimento de amplos sujeitos, historicamente marginalizados dos processos decisórios e enquanto objeto das políticas públicas, como portadores de direitos.

Segundo Dagnino,

"a nova cidadania assume exatamente uma redefinição da ideia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos. (...) Essa concepção inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas. Nesse sentido, a própria determinação do significado de "direito" e a afirmação de algum valor ou ideal como um direito são, em si mesmas, objetos de luta política" (2004, p.104).

Dessa forma, ao afirmarmos que a sociedade civil vem passando pela construção de uma nova cidadania, pensamos então no conceito de cidadania ativa, abordado por Silva e Tavares (2011), como a materialização na prática, e no dia a dia social, do conhecimento de leis e normas, direitos e deveres, de tal forma que possamos exigí-los e aplicá-los, buscando a garantia do acesso aos bens sociais a todas as pessoas, através do exercício de uma

participação política consciente (2011, p. 8). Logo, nos cabe a afirmação de Benevides (1991) de que a “cidadania ativa supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle social sobre o poder, ou os poderes” (p.20).

É nessa linha de pensamento que passamos a pensar em uma sociedade civil cujo exercício da cidadania ativa está diretamente relacionada à constituição de atores políticos ativos, partícipes das definições de seu destino. A ideia de participação emerge da necessidade dos indivíduos de concretização das suas necessidades, que se redefinem enquanto direitos e, embora tais necessidades sejam muitas vezes plurais e com ênfases distintas, não poderiam ser atendidas sem um envolvimento coletivo na luta pelo reconhecimento de tais direitos na esfera pública.

De acordo com Tenório e Rozenbreg,

"a participação social e a cidadania referem-se à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino. Sua concretização passa pela organização coletiva dos participantes, possibilitando desde a abertura de espaços de discussão dentro e fora dos limites da comunidade até a definição de prioridades, a elaboração de estratégias de ação e o estabelecimento de canais de diálogo com o poder público. (...) A participação, portanto, deve ser vista como o grande instrumento de acesso à cidadania. Em sua plenitude, a cidadania só se consolida na presença de uma participação entendida como ação coletiva e exercício consciente, voluntário e conquistado" (TENÓRIO; ROZENBERG, 1997, p.103-104).

O estabelecimento dos espaços públicos, os quais definem-se como o lugar ou momento no qual as pessoas podem, através da fala, compartilhar interpretações a respeito do mundo em que vivem, caracterizam-se principalmente pelos procedimentos dialógicos como também pela existência e manifestação pública de diversos e distintos interesses (Arendt *apud* GECD, 1999). A consolidação desses espaços públicos deveu-se principalmente à luta pelo exercício da cidadania ativa, que impulsionou a reivindicação, junto ao Estado e à sociedade política, pelo direito a participar, e pela criação de novos espaços participativos.

São exemplos destes espaços, criados a partir da aprovação da Constituição de 1988, os conselhos gestores de políticas públicas, as conferências de políticas públicas e o orçamento participativo.

Conforme ilustram os autores do GECD,

"Nesses espaços de co-gestão, o Estado senta-se formalmente à mesa e ali se formulam políticas públicas, se estabelecem contratos, se reconhecem

direitos. O Estado, os empresários, os trabalhadores e os cidadãos assumem responsabilidades em acordos que devem cumprir" (1999, p.65).

De acordo com Dagnino (2004), os orçamentos participativos são espaços públicos para deliberação sobre o orçamento das administrações municipais, onde a população decide sobre onde e como os investimentos devem ser realizados. É válido enfatizar que, diferentemente dos conselhos gestores, cuja existência é uma exigência legal em diversos setores de políticas públicas, os orçamentos participativos derivam de escolhas públicas dos diferentes governos estaduais e municipais. Este fator nos leva a acreditar que a sua existência tem um significado particular, que aponta para o compromisso ou "vontade política" dos governos em buscar a ampliação e o fortalecimento da cidadania ativa.

O orçamento participativo apresenta-se como fator potencializador da ampliação da cidadania ativa, principalmente por oferecer aos cidadãos a oportunidade de se envolverem diretamente nas questões públicas, o potencial redistributivo e a possibilidade de reforma do processo de tomada de decisão nos municípios e estados brasileiros (AVRITZER & NAVARRO, 2002). Com isso, o cidadão torna-se parte do processo decisório, torna-se capaz de dialogar com o Estado a respeito das necessidades que serão tidas como prioridades, e passa a ser protagonista político, já que ocupa um lugar que antes era apenas do Estado.

Para Avritzer & Navarro (2002), a introdução do orçamento participativo a partir da cidade de Porto Alegre marca um divisor de águas em termos de políticas participativas no Brasil. Segundo o mesmo, o OP foi implantado pela primeira vez na em Porto Alegre (RS), em 1989, entre 1989 e 1992 apenas 12 municípios praticavam o OP. Já entre 1993 e 1997 o OP havia sido implementado em cerca de cem cidades brasileiras. Logo, devemos pensar na importância dos vários aspectos que o OP abrange e que na realidade são essenciais para o processo de construção e fortalecimento da cidadania ativa e, por conseguinte, de consolidação da democracia.

De acordo com Santos,

"nas várias cidades onde foi implantado, em alguns casos, já com mais de uma década de existência, (...) o OP é visto como uma nova forma de tomada de decisões e de mediação entre sociedade civil e o Estado, capaz de desempenhar, na opinião de alguns estudiosos, papel importante na mudança de elementos estruturais da cultura política brasileira e no processo de democratização do Estado e da sociedade, no Brasil" (2006, p.154).

Logo, ao considerarmos que OP é uma ferramenta de gestão que vem consolidando-se em termos de participação popular e que possibilita a tomada de decisão e o estreitamento da relação ente o poder público e sociedade civil, “observa-se que a participação veio se delineando como um fator decisivo para a democratização das relações entre Estado e sociedade, e como um meio de garantir uma maior atuação dos cidadãos na vida política do país” (GECD, 1999, P.75).

A pesquisa intitulada “Orçamento Participativo e Formação para Cidadania”, realizada em Porto Alegre, buscou ressaltar a trajetória e o desenvolvimento do OP desde 1988 até 2000, e como a participação política proporcionada por esse mecanismo de gestão tem influenciado a formação da cidadania e fortalecimento da democracia na cidade. Segundo Rossi (2002), autor da pesquisa, experiência similar ao OP transformou o município de Lages (SC), durante o processo do Orçamento Participativo em 1988. Naquele momento, o Prefeito Juarez Furtado e, posteriormente, o Prefeito Dirceu Carneiro desenvolveram experiências de participação popular. Até 2002, outras experiências, como em Vila Velha e Boa Esperança (ES) mantinham viva a participação popular, além de Diadema (SP), Itabuna (BA), e Betim (MG) que também exemplificavam essas novas estratégias desencadeadas por administrações municipais comprometidas com a mudança na forma de distribuição dos recursos públicos através da participação popular, as quais ampliam o conceito de formação voltada para a cidadania a partir de uma prática de participação política. Para o autor o processo participativo possibilitado pelo OP é o principal fator para a formação de cidadãos conscientes e partícipes, garantindo assim a valorização de agentes sociais e a politização de municípios brasileiros, ainda segundo o mesmo, a formação para a cidadania é viabilizada através de um processo de integração dos agentes sociais, fazendo com que a formação política constitua-se num processo contínuo e interativo desencadeado pelas práticas sociais em diversos campos da sociedade.

Ainda segundo o autor,

"a experiência mais importante desta prática no Brasil encontra-se na cidade de Porto Alegre, demonstrando que transferir o poder de decisão das instâncias do governo para a população é, também, uma forma de garantir ao cidadão uma certa autonomia e o exercício de habilidades até então não priorizadas" (ROSSI, 2002, p.4).

Em Porto Alegre, a população, através do Orçamento Participativo vem assumindo a sociedade em que vive, discutindo as suas necessidades, expondo suas carências e transformando-se em cidadãos ativos, uma vez que, segundo Rossi (2002), a participação

nesse espaço público aumenta ano a ano, no período considerado pela pesquisa, de 1998 a 2000, esse campo de formação vem se apresentando como um modelo, um referencial e um espaço de potencialidades reservado à cidadania. Para o autor o OP possibilita a elaboração coletiva de propostas, cujo aprendizado possibilitado por esse processo implica em novas relações interpessoais o que permite a construção de relações democráticas na organização da sociedade (ROSSI, 2002).

Sendo assim, ressalta o autor,

“diante da importância do processo (Orçamento Participativo na formação para cidadania) investigado no contexto institucional e social, consideramos o Orçamento participativo um processo inédito. Sua utilização de forma persistente por mais de 10 anos consecutivos homogeneizou práticas, e contribuiu para a permanente valorização do processo de construção da cidadania” (ROSSI, 2002, p.135).

Pesquisas como a de Rossi deixa claro a influência de espaços públicos como o OP para a formação de cidadãos conscientes e partícipes da vida política de sua região. Em João Pessoa a implantação dessa experiência participativa iniciou-se em 2005, segundo Silva & Lima (2011), a implantação do OD durante a gestão do prefeito Ricardo Coutinho do PSB – Partido Socialista Brasileiro, ganhou essa nomenclatura diferenciando-se dos demais espaços participativos, como este, em outros municípios brasileiros, fundamentado na ideia de que nem tudo que é participativo é democrático. Porém, também ressaltam a influência do partido político para a escolha da nomenclatura, enfatizando a influência do PT - Partido dos Trabalhadores na implementação de espaços públicos no país, como por exemplo, a implantação da primeira experiência do Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre. (SILVA & LIMA, 2011).

Segundo, Amelia Panet et.al (2012), a construção do Orçamento Democrático foi possibilitada pelo diálogo constante com a sociedade, os movimentos sociais e populares que exigiam um espaço de debate mais direto com a Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP, e ainda que o modelo para formatar esse instrumento foi fruto de pesquisas e experiências de orçamentos participativos existentes em outras cidades do país, a exemplo de Porto Alegre.

Devido à mudança de gestão, o prefeito Luciano Cartaxo filiado ao Partido dos Trabalhadores – PT enviou a câmara municipal o projeto de lei nº 033/2013, cujo objetivo era alterar a nomenclatura do espaço público na cidade de João Pessoa, o orçamento democrático passou a se chamar Orçamento Participativo, o qual foi institucionalizado pela Lei Ordinária nº de 12.539 em 2013, o art. 1º da própria lei, o caracteriza como instrumento de participação

popular que visa permitir à sociedade participação direta na elaboração das leis que tratam de orçamento público e de consulta sobre as diretrizes para aplicação de recursos financeiros. As poucas informações acerca desta transição do OD para o OP não nos possibilita fazer um panorama mais completo sobre essa mudança, principalmente no que diz respeito à estrutura da ferramenta, nos limitando a abordar apenas ao que diz respeito a alteração de nomenclatura.

No Orçamento Participativo da cidade de João Pessoa a participação popular ocorre através de diversas etapas, as quais ainda serão abordadas em maior profundidade nesse trabalho, que vão desde as reuniões preparatórias até a avaliação, com o objetivo de possibilitar espaços de diálogos e de promoção da cultura do controle social. A cidade de João Pessoa está dividida em 14 Regiões geográficas, denominadas de Regiões da Participação Popular, seguindo o formato regionalizado de organização social, cada região é composta por bairros, comunidades e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Em cada região, há um ou dois Articuladores (as) Regionais do OP para contribuir no processo de organização, mobilização e participação da população nas etapas do Ciclo do OP.

Conforme levantamento e revisão da bibliografia pertinente, observamos que os estudos acerca da experiência participativa em João Pessoa abordam questões como: avaliação acerca do desenvolvimento da consciência de participação popular nos cidadãos participantes da experiência do então Orçamento Democrático na cidade (OLIVEIRA, 2011); da utilização do instrumento participativo do OP na construção da urbanidade em João Pessoa (AMELIA PANET ET.AL, 2012); como também abordam a influência da implantação do Orçamento Participativo na cultura política dos habitantes do município (REGO, 2009). Estudos específicos que relacionem a relação entre participação política e a construção de uma nova cidadania não foram encontrados para o caso de João Pessoa.

Compreender em que medida os novos instrumentos democráticos como o OP fortalece a cidadania na vivência dos cidadãos é fundamental para estabelecer uma reflexão acerca desta experiência e de seu futuro enquanto instrumento de fortalecimento da cidadania e da democracia. Sendo assim, considerou-se necessária a realização desse estudo, com o objetivo de aprofundar-se na questão da relação entre participação política e exercício da cidadania através do Orçamento Participativo, a fim de constatar a existência de possíveis ganhos democráticos através da participação dos cidadãos pessoenses no OP.

Conforme o exposto acima, o presente estudo busca explorar a relação entre a participação dos cidadãos no Orçamento Participativo na cidade de João Pessoa-PB e o exercício da cidadania ativa.

3. O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM JOÃO PESSOA – PB

Em 12 de Março de 2013 foi encaminhado a Câmara Municipal de João Pessoa o Projeto de Lei 33/2013 que alterava dispositivos da Lei Municipal nº 11.903, de 29 de Março de 2010, lei que institucionaliza o Orçamento Democrático no município, e dá outras providências. O projeto de lei foi responsável por também alterar a nomenclatura do então Orçamento Democrático, implantado em 2005 na gestão do PSB, para Orçamento Participativo em 2013 pela gestão do PT.

De acordo com a redação do próprio projeto, o principal objetivo das alterações propostas, inclusive a de mudança de nomenclatura, visava à ampliação da participação popular. Conforme o projeto de lei, as alterações objetivavam um maior esclarecimento acerca da reestruturação do instrumento, com o intuito de melhor desenvolver o processo de organização, conscientização, e mobilização social, onde o Poder Executivo através do Ciclo do Orçamento Democrático acolhe a participação da sociedade na gestão da cidade, com base na ampliação de transparência e do controle sobre a arrecadação a aplicação dos recursos públicos (Lei Ordinária 12.539).

Assim, com a aprovação do Projeto de Lei 33/2013, instituiu-se o Orçamento Participativo, conceituado como um “mecanismo de gestão pública do município de João Pessoa que estabelece o diálogo com a população e incentiva a participação de cada um dos moradores da cidade na indicação de obras, serviços e ações que garantam a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais” (Lei Ordinária 12.539). Em João Pessoa este instrumento foi institucionalizado no âmbito da administração pública municipal através da Lei Ordinária nº 12.539 de 12 de março de 2013. O OP visa permitir à sociedade participação direta na elaboração das leis que tratam de orçamento público e de consulta sobre diretrizes para aplicação de recursos financeiros (PPA PARTICIPATIVO – PMJP, 2013).

De acordo com material disponibilizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, o Orçamento Participativo apresenta-se como um mecanismo de democracia participativa para a efetivação das Políticas Públicas, compartilhando poder por meio de promoção do diálogo continuado com a população para tomadas de decisão e escolha de prioridades a serem implementadas pela gestão, além de contribuir de forma significativa na construção das peças orçamentárias (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA), possibilitando espaços de diálogos e de promoção da cultura do controle social (PPA Participativo – PMJP, 2013).

A cidade está dividida em 14 Regiões geográficas, como ilustrado na figura 1, denominadas de Regiões da Participação Popular, seguindo o formato regionalizado de organização social.

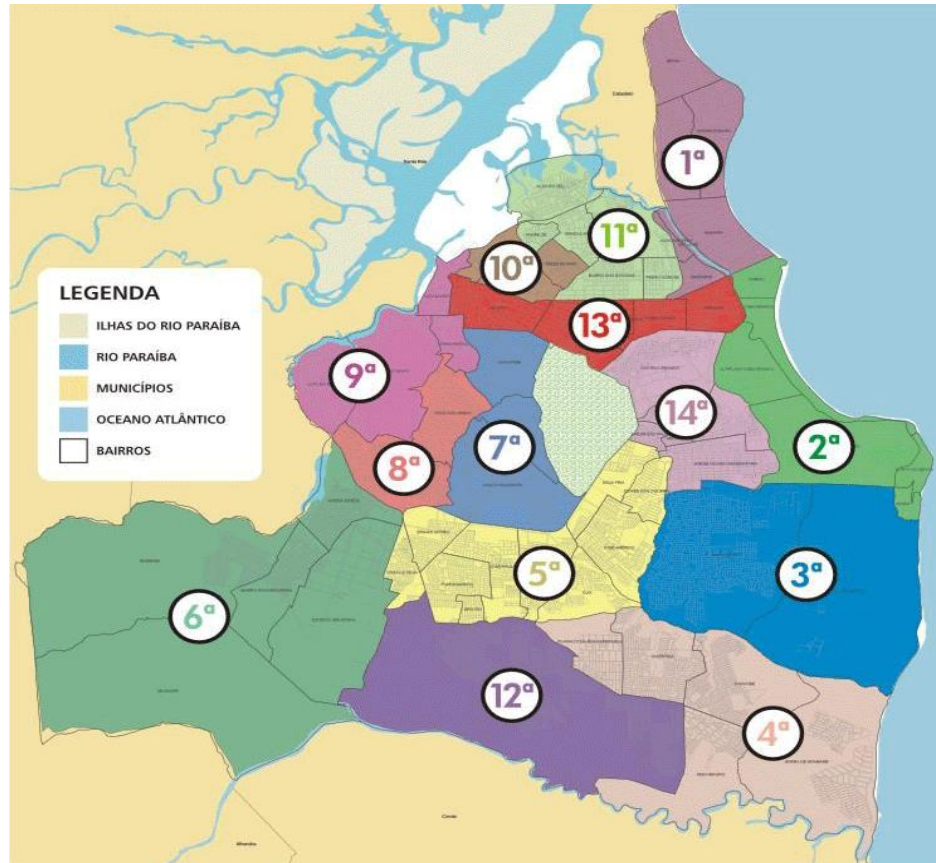


Figura 1. Mapa das 14 Regiões Participativas do OP.

Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/op/regioes-de-participacao-popular/>

Cada região é composta por bairros, comunidades e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), como exposto no quadro 1, com dados obtidos através do site institucional da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Em cada região, há um ou dois articuladores regionais do OP para contribuir no processo de organização, mobilização e participação da população nas etapas do Ciclo do OP (PPA Participativo – PMJP, 2013).

Quadro 1. Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)

Regiões	Bairros/Comunidades
1ª	Bairros do Aeroclubes, Bessa, Jardim Oceania, Manaíra, Jardim Luna, Brisamar, João Agripino, Bairro São José. Comunidades São Luiz, São

	Gabriel, São Mateus, Travessa Washington Luís e Chatuba I, II e III.
2^a	Bairros da Penha, Quadramares, Altiplano, Cabo Branco, Tambaú, Seixas, Jacarapé, Praia de Jacarapé. Comunidades Jacarapé I, II e III, Vila dos Pescadores, Rio do Cabelo, Vila do Sol, Vila São Domingos, Rabo do Galo, Vila Mangueira, Barreira do Cabo Branco e Paulino Pinto.
3^a	Bairros de Mangabeira I, II, III, IV, V, VI e VII, Cidade Verde I e II, Prosind. Comunidades Girassol, Feirinha, Jardim Mangueira, Nova Esperança, Vila União, Vila São Jorge, Condomínio I, II e III, IPEP, Projeto Mariz I, II e III, Patrícia Tomaz e Conjunto dos Militares.
4^a	Bairros de Valentina I, II e III, Paratibe, Cuiá. Mussumagro, Barra de Gramame. Comunidades Frei Damião, Santa Bárbara, Doce Mãe de Deus, Rabo da Gata, Maribondo, Quilombolas, Cumurupi, Praia de Gramame, Manzuar, Praia do Sol, Loteamento Nova Mangabeira, Lot. Planalto da Boa Esperança, Lot. Boa esperança, Lot. Monte das Oliveiras, Lot. Cidade Maravilhosa, Lot. Parque do Sol, Lot. Rota do Sol, Lot. Caminho do Mar, Lot. Planície Dourada, Lot. Ana Clementina de Jesus, Lot. Novo Milênio, Condomínio da Amizade, Cond. da Liberdade, Cond. da Independência, Cond. Cidadania, Residencial Vitória, Lot. Girassol, Lot. Sonho Meu e Lot. Carinas.
5^a	Bairros de José Américo, Água Fria, Cidade dos Colibris, João Paulo II, Ernani Sátiro, Esplanada, Costa e Silva, Grotão, Geisel, Funcionários II, III e IV e as comunidades Jardim Sepol, Jardim Nova Canaã, Colibris, Jardim Laranjeiras, Conjunto da FAC I e II, Mãe Bienga, Santa Verônica, Loteamento Mares do Sul, Quadra Mares, José Mariz I, Brasa Mar, Jaqueiras I, II, III e IV, Walter Forte, Boa Vista, Cítex, Nova República, Nova Trindade III, Lago Sul, Conjunto Radialista, Arame, 1º de Abril, Loteamento Greenville, Lava Jato, Maria de Nazaré, Condomínio Fraternidade, Presidente Médici, Loteamento Morada Verde, Gauchinha, Taipa, Nova Vida, Vila da Paz e Sesi.

6^a	Bairros do Bairro das Indústrias, Distrito Industrial, Cidade Verde I, II, III e etapa, Jardim Veneza. Comunidades Conjunto José Vieira Diniz, Nova Trindade, Conjunto Nossa Senhora das Graças, Conjunto das Indústrias, Loteamento Cajueiro, Mumbaba, Três Lagoas, Conjunto Padre Ibiapina, Chatuba, Loteamento Verde Vale, Lot. Cidade Jardim, Condomínio da Paz, Loteamento Clovis Gondin, Loteamento Jardim Verona, Nova Veneza, Estrela de Prata, Jardim Paraíso, Loteamento Barro de Ouro e João Magliano.
7^a	Bairros do Cristo, Jaguaribe, Rangel. Comunidades: Boa Esperança, Jardim Bom Samaritano, Novo Horizonte, Pedra Branca, Riacho Doce/ Ceasa, São Geraldo, Vale Verde, Redenção, Jardim Itabaiana, Bela Vista, Matinha, Monte Cassino, Paturi e Cemitério.
8^a	Bairros de Cruz das Armas, Funcionários I, Jardim Planalto, Oitizeiro. Comunidades Jardim Guaíba, Baleado, Lagoa Antônio Lins, Alvorada I e II, Novo Horizonte II, Ribeirinhas, Travessa São Luiz e Buraco da Gia.
9^a	Bairros do Alto do Mateus, Ilha do Bispo, Bairro dos Novais, Centro Histórico, Varadouro. Comunidades Distrito Mecânico, Beira da Linha, Conjunto do IPEP, Com. 5 de junho, Conjunto Tiradentes, Conjunto dos Motoristas, I, II e III, Juracy Palhano, São Judas Tadeu, Miramangue, Jardim da Mônica, Aratu, Buraco da Gia, Rua da Lama, Vila União, Tanque, Redenção, Av. Nova Liberdade, José Félix, Coronel Bento, Cícero Moura, Condomínio Índio Piragibe, Conjunto Frei Marcelino, Conj. Dom José Maria Pires, Bola na Rede, Ninho da Perua, Campo da Alvorada, Independência, Porto do Capim, Frei Vital, Praça 15 de Novembro, Vila Nassau, Trapixe, Renascer I, Santa Emília de Rodat e Saturnino de Brito.
10^a	Bairros do Roger, Tambiá, Treze de Maio. Comunidades Asa Branca, do S, Felipéia, Vila Japonesa, Riachinho, Terra do Nunca e Buraco da Gia.
11^a	Bairros de Mandacarú, Pedro Gondin, Bairro dos Ipês I e II, Bairro dos Estados. Comunidades Padre Zé, Alto do Céu, Jardim Ester, Jardim Coqueiral, Jardim Mangueira, João Galdino de Carvalho, Pé de Moleque, Beira da Linha, São Pedro, Porto João Tota, Vem-vem, Beira Molhada, Vila do Teimoso, Rua do Cano e Mangue.

12 ^a	Bairros de Gramame, Engenho Velho, Ponta de Gramame, Colinas do Sul I e II. Comunidades Conjunto Residencial Marinês e Residencial Gervásio Maia.
13 ^a	Bairros do Centro, Torre, Tambauzinho, Expedicionários, Miramar e as comunidades Padre Hildon Bandeira, Cafofo, Liberdade, Brasília de Palha, Vila Tambauzinho, Tito Silva, Miramar e Travessa Yayá.
14 ^a	Bairros do Castelo Branco I, II e III, Bancários, Anatolia, Jardim São Paulo, Jardim Cidade Universitária, Colibris II. Comunidades São Rafael, Santa Clara, Timbó, Eucalipto, Paulo Miranda e Santa Bárbara.

Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/op/regioes-de-participacao-popular/>

Para poder abordar com mais profundidade a estrutura do OP no município de João Pessoa, buscamos dados que pudessem descrever melhor esse espaço público, porém os referidos dados só podem ser encontrados em material disponibilizado pela prefeitura, o PPA Participativo – Construindo Políticas Públicas com a Participação Popular é um material informativo disponibilizado pela PMJP que nos ofereceu as informações a seguir sobre como o OP funciona e como ele está estruturado.

3.1. O ciclo do Orçamento Participativo

De acordo com o § 1º do Artigo 4º da Lei 12.539, considera-se Ciclo do Orçamento Participativo o procedimento anual, constituído por etapas, realizadas através de plenárias populares e reuniões, em todas as regiões orçamentárias participativas e por segmentos temáticos, visando identificar as prioridades de obras, ações e serviços para subsidiar a elaboração das leis orçamentárias, bem como possibilitar a participação direta da sociedade civil na gestão municipal. Dessa forma, faz-se necessário a descrição das etapas que contemplam o OP na cidade de João Pessoa. São elas:

- **Reuniões Preparatórias:** as reuniões preparatórias visam o esclarecimento sobre o funcionamento do Ciclo do Orçamento Participativo para a população, bem como mobilizar os diversos atores da sociedade civil organizada ou não a participarem do Ciclo do Orçamento Participativo.

- **Audiências Regionais:** as audiências regionais são o momento de escolha das demandas apresentadas pela população. É o ponto alto do ciclo do Orçamento, momento em que a população se organiza para pautar suas necessidades e definir as prioridades que a prefeitura deverá executar o orçamento seguinte. São 10 demandas por região sendo 14 regiões de participação popular.
- **Assembleias Regionais:** correspondem à etapa do Ciclo do OP que busca eleger por meio da população os (as) Conselheiros (as) Regionais para o mandato de dois anos nas 14 regiões de participação popular.
- **Fóruns Temáticos:** os Fóruns são compostos pela Sociedade civil, membros dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, representantes dos diversos segmentos sociais e objetivam a formação e o debate acerca da construção de políticas públicas municipais.
- **Planejamento Participativo:** é o momento de retorno à comunidade pela equipe do Orçamento Participativo a todas as regiões. No planejamento é feita a devolutiva à comunidade das demandas apresentadas nas audiências regionais. As Secretarias demandadas apresentam aos bairros, comunidades ou ZEIS, a viabilidade técnica de execução ou não daquela ação.
- **Congresso Municipal de Participação:** é um evento de cunho participativo, que objetiva ampliar as discussões sobre temáticas relevantes para o trabalho dos conselheiros do orçamento participativo e da sociedade civil, contribuindo assim para ampliar o leque de ferramentas no controle social do bem público.
- **Caravanas de Prioridades:** é o momento de acompanhamento das ações aprovadas pela população nas 14 regiões do município. Sua finalidade é fiscalizar a execução das deliberações realizadas nas plenárias, bem como a qualidade na realização dos serviços efetuados pelas empresas contratadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.
- **Avaliação:** este é o momento de avaliar as ações planejadas durante o ano, refletindo sobre a formatação do mecanismo, buscando sempre a ampliação do acesso da população às ações e serviços da prefeitura municipal de João Pessoa (PPA PARTICIPATIVO – PMJP, 2013).

Ainda segundo a lei 12.539, § 2º do Artigo 4º as Secretarias e Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de João Pessoa deverão colaborar para

a realização do Ciclo do Orçamento Participativo, e prestarão, sempre que solicitados, as informações e esclarecimentos necessários.

3.2. A participação popular no Orçamento Participativo

O OP é um instrumento da gestão pública que tem como principal objetivo utilizar da participação popular para escolha das ações a serem contempladas e realizadas pelo poder público através do orçamento público do município. Em João Pessoa a participação dos cidadãos no OP ocorre através de diversas etapas que vão desde as reuniões preparatórias até a avaliação, de acordo com o seu ciclo, conforme foi exposto na seção anterior. O OP possibilita aos cidadãos a escolha das demandas das suas respectivas comunidades, ou seja, as principais necessidades que para aquela população merecem uma atenção maior do poder público, essas demandas são escolhidas por meio de uma votação, onde a população recebe um formulário, contendo uma lista de políticas, programas, obras, ações e serviços que a Prefeitura disponibiliza nas audiências regionais, através deste instrumento, os cidadãos fazem suas escolhas.

Nas audiências regionais, são eleitas dez demandas, as mais votadas por cada região. Além disso, é garantido o direito da população apontar outras ações que não estejam na lista de opções como forma de garantir a autonomia e o direito de opinar sobre as ações prioritárias para a cidade.

Ao acompanhar algumas das audiências regionais pudemos perceber a importância que espaços como o OP representa para a população em termos de participação política e diálogo com o poder público, em ocasiões onde o Prefeito da cidade participa das audiências, a população tem a oportunidade de falar sobre os problemas enfrentados pela comunidade além de cobrar ações que visem soluções e melhorias na qualidade de vida dos mesmos, dialogando diretamente com os representantes políticos do município.

Outro ponto que merece destaque é a escolha das prioridades a serem executadas no Orçamento Público, e o que chama a atenção é a necessidade de uma maior participação daqueles cidadãos que necessitam que suas demandas sejam contempladas pelo Orçamento Público. Vejamos: a 5ª Região de Participação Popular contempla 41 áreas entre bairros e comunidades, porém, entre as demandas escolhidas nas reuniões preparatórias apenas dez delas serão priorizadas através de votação e futuramente incluídas no Orçamento Público. Ou seja, se um bairro ou comunidade apresenta um número maior de cidadãos participantes no

OP, o mesmo poderá eleger mais de uma demanda, enquanto outros com número de participantes menor talvez não consigam eleger nenhuma demanda. Daí a necessidade da participação dos cidadãos para a conquista de ações que visem melhorar a realidade de seus bairros ou comunidades.

Embora, conforme Benevides (1991), possamos considerar que mesmo que os cidadãos participantes do OP não consigam eleger suas demandas, o processo participativo “possibilita nas suas diferentes fases, uma efetiva discussão pública sobre as questões em causa, contribuindo, assim, decisivamente, para a educação política do cidadão” (p.198).

3.3. Do Conselho do Orçamento Participativo

O art. 7º da Lei 11.903 instituiu as atribuições ao Conselho do Orçamento Democrático, e a lei 12.539 fez com que elas permanecessem no Orçamento Participativo. Logo, compete ao Conselho do Orçamento Participativo organizar e coordenar as reuniões com Secretários e Técnicos da Gestão Municipal para planejar as Leis Orçamentárias, de acordo com as prioridades e demandas eleitas no ciclo do Orçamento Participativo. Como também acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária, no que se refere às prioridades de demandas de cada Região Orçamentária.

3.3.1. Os conselheiros

Os conselheiros do Orçamento Participativo são importantes pilares para concretização do processo de participação e possível efetivação das necessidades dos cidadãos residentes em suas comunidades ou bairros. São os representantes de cada uma das Regiões Participativas, cidadãos residentes nas comunidades, eleitos pela população para representá-los frente ao poder público. Nessa etapa, das assembleias regionais, a prefeitura instituiu a representação popular para dialogar sobre projetos, ações e serviços realizados pela gestão municipal por meio de votação em assembleias regionais pela cidade.

Segundo informações coletadas no site institucional da Prefeitura Municipal de João Pessoa, para candidatar-se à condição de Conselheiro Regional do Orçamento Participativo é preciso atender a alguns critérios, como possuir idade igual ou acima de 18 anos, residir na comunidade ou bairro a que se candidatará na assembleia regional, não ser detentor de mandato eletivo nos poderes Legislativos e Executivos, não ser servidor, fornecedor ou prestador de serviço da Prefeitura Municipal de João Pessoa, como também não ter sido excluído do Conselho, por infringir qualquer norma do regimento. No momento da

eleição, o candidato a conselheiro também deve assinar um termo em que atesta estar apto a participar do pleito.

É necessário o devido destaque à importância desses cidadãos, eleitos conselheiros, para estrutura organizacional do OP. Além de exercerem trabalho voluntário, os mesmos devem contribuir com a mobilização popular da sua região para que os cidadãos participem e contribuam para o desenvolvimento da sua comunidade, o que nem sempre é tarefa fácil. A resistência das pessoas a ferramentas que envolvem o poder público e, de certa forma, a política, ainda é um obstáculo a ser vencido pela gestão pública municipal. Além disso, os conselheiros devem lidar com as cobranças da população pelas melhorias em serviços públicos, e principalmente pela concretização das demandas, o que requer um diálogo constante com a comunidade, sempre colocando o interesse coletivo acima do interesse próprio, e muitas vezes exercendo a responsabilidade de responder em nome da gestão ou sendo reconhecido como representante da gestão, o que de fato não é sua atribuição.

A Assembleia Regional é realizada a cada dois anos e sua viabilização compete à Secretaria Executiva do Orçamento Participativo. A eleição dos conselheiros acontece da seguinte maneira: ao atingir o número de 300 participantes é eleito um conselheiro para cada dez desses participantes, já quando o número de cidadãos participantes excede o número de 300, além dos 30 conselheiros eleitos, haverá mais um conselheiro para cada 20 participantes da reunião, segundo dados da PMJP.

Conforme exposto pela PMJP quando há pouca participação, acaba ocasionando na falta de representação de alguns bairros e comunidades, sendo necessária a realização de outra assembleia para a eleição de Conselheiros. Logo, ressalta-se a importância da participação da população nesses espaços de envolvimento na gestão pública municipal e a construção de propostas que busquem melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após apresentar a fundamentação teórica sobre o objeto de estudo dessa pesquisa, e o seu caso específico na cidade de João Pessoa, realizamos nesse capítulo a análise dos dados coletados através do questionário aplicado na amostra. Dessa forma, é válido ressaltar, que a presente pesquisa trata-se de um estudo exploratório qualitativo, no qual utilizamos de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com a realização de entrevistas, para atingir os objetivos propostos, como já havia sido exposto anteriormente.

Para buscar a relação entre participação política, especificamente no OP, e cidadania ativa, foi elaborado um roteiro semiestruturado de entrevistas que inicialmente seria aplicado a uma amostra aleatória de 28 conselheiros, considerando-se dois para cada uma das 14 Regiões de Participação Popular, escolhendo assim, um homem e uma mulher.

Para alcançarmos o objetivo da pesquisa, buscamos analisar a participação no OP com o engajamento dos participantes em questões sociais da sua região e espaços de cunho participativo além do OP, de acordo com o roteiro inicial, conforme exposto no anexo I. Para isso, buscamos abordar nas questões a relação entre o OP e a participação dos entrevistados em associações, sindicatos, movimento sociais, entre outros, sendo possível, através do próprio questionário, constatar se essa participação foi efetivada antes ou depois do OP. Nosso principal propósito, com a aplicação dos questionários foi traçar o perfil dos conselheiros municipais, esses, representantes dos conselheiros regionais do OP de João Pessoa, de tal forma que pudéssemos analisar através da participação desses cidadãos em outros espaços públicos, essa possível relação entre participação política e cidadania ativa proporcionada pelo OP aos seus participantes.

A Secretaria Executiva do Orçamento Participativo nos disponibilizou uma lista, com nome completo e contato telefônico dos conselheiros de cada região, eleitos para o biênio de 2013-2015 do OP, que no total somavam-se 230 conselheiros. O contato para marcação de entrevista individual foi feito através de ligação telefônica. Esta primeira tentativa de realização de entrevistas com conselheiros foi pouco frutífera, pois muitos dos contatos obtidos já não atuavam mais como conselheiros, alguns não aceitaram ser entrevistados, e outros não tinham tempo, trabalhavam, entre outras coisas, dificultando a coleta de dados conforme planejado. Houve também entrevistados que não compareceram à entrevista. O balanço inicial, após duas semanas de trabalho aplicado buscando realizar as entrevistas, foi

de que seria necessária outra estratégia, mais econômica e certa, de obter os dados almejados.

Vale destacar que o período de realização do trabalho de campo coincidiu com a campanha eleitoral presidencial (setembro/outubro de 2014), momento em que muitas lideranças se engajam no trabalho de campanha e, além de terem pouco tempo para contribuir por conta deste intenso engajamento, tornam-se mais resistentes a exporem suas opiniões sobre assuntos relacionados à gestão e à política em geral que possam comprometê-los, por isso preferem não se pronunciar neste período.

Já havíamos iniciado o trabalho de campo e realizado quatro entrevistas quando o secretário do Orçamento Participativo Hildevâneo de Souza Macêdo, ao ser informado por conselheiros sobre nosso contato telefônico para realização de entrevistas, nos convidou a participar de uma reunião com os Conselheiros Municipais, que são os representantes de cada região de participação popular. Ao aceitarmos o convite, solicitamos sua permissão para aplicarmos questionários simultaneamente com todos os presentes, a fim de obter os dados desejados. Os questionários foram formulados a partir de uma adaptação do roteiro semi-estruturado planejado para entrevistas, que consta no Anexo II. Apesar de não ser esta a forma ideal de obter as informações necessárias para esta pesquisa, consistiu-se na melhor alternativa dadas as circunstâncias concretas que encontramos em campo.

Feitas as adaptações ao desenho de campo devido às dificuldades encontradas e o prazo de realização desta pesquisa, passamos então a trabalhar com a amostra de Conselheiros Municipais, que no total são 14 participantes. Reconhecemos, no entanto, o possível viés que esta escolha metodológica representa, ao trabalhar apenas com Conselheiros Municipais, pois tratam-se, possivelmente, dos mais atuantes e engajados representantes das comunidades no OP, que passam por uma seleção mais rigorosa e têm maior responsabilidade em todo o processo. Por outro lado, são representantes com maior tempo de participação no OP, alguns desde o início do OD, o que nos oferece uma visão de trajetória mais completa, mesmo em uma experiência relativamente nova na cidade, podendo analisar seus efeitos a médio prazo.

O questionário foi aplicado junto a 12 dos 14 Conselheiros Municipais, e com esses dados conseguimos traçar o perfil destes representantes que atuam em João Pessoa, e buscar pistas para refletir se o OP vem influenciando no desenvolvimento da cidadania ativa em participantes desse espaço público.

4.1. O Perfil dos Conselheiros Municipais

Através da coleta de dados buscamos traçar o perfil dos Conselheiros Municipais que atuam no Orçamento Participativo.

Além de tratar-se de um trabalho voluntário, ser conselheiro requer engajamento nas questões sociais da comunidade e uma participação ativa, embora isso nem sempre aconteça. Além disso, eles são o elo entre o poder público e a comunidade que representam, possuem voz ativa junto ao poder público e devem ajudar a comunidade a organizar-se em busca de melhorias nos serviços públicos prestados a sua região.

De forma a preservar o anonimato dos entrevistados, apresentamos a seguir um breve perfil de cada conselheiro, numerados de 1 a 12, conforme os quadros abaixo.

Quadro 2: Perfil do Conselheiro 1

Conselheiro 1
Idade: 35 anos Grau de Instrução: Ensino Superior incompleto
Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento do OP através da indicação de um conhecido ou familiar.
Há quanto tempo participa?
Participa do OP há 2 anos
Motivos que o levaram a participar do OP
Começou a participar do OP devido a possibilidade de trabalhar junto ao poder público afim de trazer benefícios para a sua comunidade.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Não Participa
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse em questões sociais do bairro, mas ainda é necessário informações mais precisas e agilidade no processo de execução das demandas aprovadas no OP.
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?

O Orçamento Participativo e o Conselho Municipal.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Participa, mas não regularmente das reuniões.
A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
A sua participação nesse espaço não o influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos.
Filiação Partidária
Não possui filiação partidária
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?
Segundo o mesmo, as pessoas do seu bairro começaram a participar e a se interessar mais pelas questões do bairro depois do OP, porém grande parte da população encontra-se desacreditada por não conseguir resultados concretos, mesmo assim o conselheiro acredita que o OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços públicos, mas sempre enfatizando a questão da demora na execução das obras.
O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?
Sim, pois sabemos que temos um espaço onde podemos lutar pelos nossos direitos.
Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?
A população acredita que o OP não funcione; a população acha que tudo não passa de questões políticas.

Quadro 3: Perfil do Conselheiro 2

Conselheiro 2
Idade: 26 anos Grau de Instrução: Ensino Superior completo
Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento do OP através da indicação de um conhecido ou familiar

Há quanto tempo você participa?
Participa há 1 ano e 4 meses
Motivos que o levaram a participar do OP
Começou a participar no OP devido à necessidade de buscar a execução de políticas públicas em sua região.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Não participa.
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse em questões sociais do bairro devido ao conhecimento proporcionado pelo espaço e por está mais atento aos problemas e as necessidades do seu bairro
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?
A secretaria responsável pelo serviço e o Conselho Municipal.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Sim.
A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
Sim, mas ainda não cheguei a participar por enquanto atuo somente no OP.
Filiação Partidária
Não possuem filiação partidária.
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?
Segundo o mesmo, as pessoas do seu bairro começaram a participar e a se interessar mais pelas questões do bairro depois do OP, porém percebe que durante a gestão passada a participação era maior, também cita o descrédito da população com a ferramenta, entre os motivos, destaca a pouca participação dos representantes políticos em assembleias e eventos de negociação entre o poder público e a comunidade.

O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?
O conselheiro acredita que o OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços públicos, mas não de forma satisfatória, devido ao atendimento das demandas fora do prazo estabelecido.
Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?
A população acreditar que o OP não funcione; além da falta de divulgação na mídia dos horários e dias das reuniões.

Quadro 4: Perfil do Conselheiro 3

Conselheiro 3
Idade: 58 anos Grau de Instrução: Ensino Superior completo
Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento do OP através da indicação de um conhecido ou familiar.
Há quanto tempo você participa?
Participa há 1 ano.
Motivos que o levaram a participar do OP
Os motivos que o levaram a participar do OP referem-se a possibilidade de voz ativa junto ao poder público, conhecimento da ferramenta, melhoria e fiscalização da qualidade dos serviços públicos.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Participa de Associação de moradores há um ano, mesmo período de participação no OP, já participa de outros espaços como conselhos e comissão de fiscalização antes de participar do OP.
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse em questões sociais do bairro, devido a ligação da ferramenta com a execução de políticas públicas em sua região, além do conhecimento das dinâmicas utilizadas em espaços participativos como o OP.
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?

A Secretaria responsável pelo serviço e o Conselho Municipal.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Sim.
A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
Segundo o mesmo a sua participação nesse espaço tem influenciado o seu interesse em participar de outros espaços participativos, devido ao envolvimento com a comunidade, sempre em busca de melhorias e soluções para problemas relacionados à saúde, mobilidade urbana, limpeza pública, entre outros.
Filiação Partidária
Não possui filiação partidária.
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?
Segundo o mesmo, as pessoas do seu bairro participam e a se interessam pelas questões do bairro, mas não depois do OP, devido ao descrédito da população com a classe política, embora afirme que houve mudanças positivas na gestão atual em relação ao funcionamento do OP.
O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?
O OP não ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços públicos, isso devido a demora na execução das demandas escolhidas, na opinião do conselheiro o Orçamento Participativo deve ser mais respeitado e assistido pelo poder público.
Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?
A população acreditar que o OP funcione, além dos mesmos acharem que tudo não passa de questões políticas, justificando-os devido as demandas não concluídas ou executadas fora do prazo.

Quadro 5: Perfil do Conselheiro 4

Conselheiro 4
Idade: 68 anos Grau de Instrução: Ensino Superior completo

Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento do OP através da indicação de um conhecido ou familiar.
Há quanto tempo você participa?
Participa há 1 ano.
Motivos que o levaram a participar do OP
Começou a participar do OP devido à vontade de colaborar com a população na busca pela melhoria na urbanização da sua região.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Participa de organização sindical há 2 anos, antes de participar do OP e começou a participar da Associação de moradores há 1 ano no mesmo período
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse em questões sociais do bairro, pois passou a ter mais atenção aos problemas da comunidade, como também o interesse em ajudar a solucioná-los.
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?
Os vereadores que atuam no bairro, a secretaria responsável pelo serviço, o Conselho Municipal além do Ministério Público.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Sim.
A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
O influenciou a participar de outros espaços participativos, devido a possibilidade de entender melhor os problemas da comunidade, como também poder procurar resolver questões que estão fora da abrangência do OP e das suas atribuições como conselheiro.
Filiação Partidária
Filiado ao PT - Partido dos Trabalhadores há 10 anos.
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?

Em relação à participação e ao interesse das pessoas da sua região pelas questões do bairro depois do OP, tais aspectos foram fortalecidos devido a ligação encontrada na ferramenta entre o a comunidade e o poder público, a população passou a enxergar no OP um espaço onde podem ser ouvidos e assistidos
O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?
Ajudou a mudar a realidade da sua comunidade, pois quando é necessário é à secretaria do OP a quem a população recorre.
Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?
A população acreditar que o OP não funcione, o fato das pessoas acharem que tudo não passa de questões políticas além da falta de tempo da população.

Quadro 6: Perfil do Conselheiro 5

Conselheiro 5
Idade: 50 anos Grau de Instrução: Ensino Médio incompleto
Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento do OP através da indicação de um conhecido ou familiar.
Há quanto tempo você participa?
Participa há 2 anos.
Motivos que o levaram a participar do OP
Começou a participar do OP devido a possibilidade de organização da sociedade civil em busca de melhorias nos serviços públicos prestados a população.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Organização sindical há um ano.
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?

<p>Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse em questões sociais do bairro, devido às melhorias conquistadas através da participação em espaços como este.</p>
<p>Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?</p>
<p>O OP e a secretaria responsável pelo serviço.</p>
<p>Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?</p>
<p>Sim.</p>
<p>A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?</p>
<p>Sim, lhe influenciou em ter interesse em outros espaços participativos devido as discussões e planejamento de ações para a melhoria da sua região que esses espaços possibilitam</p>
<p>Filiação Partidária</p>
<p>Filiado ao PT - Partido dos Trabalhadores há menos de um ano</p>
<p>Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?</p>
<p>Sim, devido as melhorias na comunidade que só foram possíveis devido a participação.</p>
<p>O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?</p>
<p>Sim, porque as demandas foram executadas conforme a população esperava.</p>
<p>Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?</p>
<p>O fato das pessoas acharem que tudo não passa de questões políticas.</p>

Quadro 7: Perfil do Conselheiro 6

<p>Conselheiro 6</p>
<p>Idade: 69 anos Grau de Instrução: Ensino Médio completo</p>
<p>Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?</p>

Tomou conhecimento através de divulgação pela própria prefeitura.
Há quanto tempo você participa?
Sua participação vem desde o OD, há mais de 3 anos.
Motivos que o levaram a participar do OP
Devido à vontade de contribuir com o seu dever de cidadão afim de trazer desenvolvimento para a sua região.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Organização sindical há 20 anos.
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Sim, porque todo trabalho com caráter participativo é necessário em qualquer área.
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?
O OP, a secretaria responsável, e o Conselho Municipal.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Sim.
A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
Sim, principalmente por possibilitar o diálogo entre a comunidade e poder público.
Filiação Partidária
Não possui filiação partidária.
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?
Para ele, a participação e o interesse das pessoas da sua região pelas questões do bairro mudaram depois do OP, ou seja, pare ele as pessoas começaram a se interessar mais, porém deixa claro que muitos ainda se acomodam e não participam.
O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?
Sim, devido ao espaço aberto para o diálogo entre a comunidade e o poder público para cobranças das ações da prefeitura.

Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?
Falta de divulgação de horário e dias das reuniões; a população não acredita que o OP funciona, acredita que tudo não passa de questões políticas.

Quadro 8: Perfil do Conselheiro 7

Conselheiro 7
Idade: 40 anos Grau de Instrução: Ensino Médio completo
Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento através de divulgação pela própria prefeitura.
Há quanto tempo você participa?
Participa há mais de 3 anos.
Motivos que o levaram a participar do OP
Começou a participar do OP porque acredita que é apenas lutando pela melhoria dos serviços prestados a comunidade que a população vai conseguir conquistar melhores condições de vida.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Participa de Associações de Moradores há três anos.
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse nas questões sociais do bairro devido a possibilidade de dialogar junto a comunidade e ao poder público, e assim percebendo que as necessidades do seu bairro passarão a ser assistidas com mais cuidado pelos mesmos.
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?
Os vereadores que atuam no bairro e a secretaria responsável pelo serviço.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Participa das atividades, mas não regularmente.
A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
O OP também lhe despertou o interesse em participar de outros espaços participativos, apesar

de ter participado desses espaços antes do OP, o mesmo acredita que a sua experiência nesse espaço está sendo mais proveitosa.
Filiação Partidária
Não possui filiação partidária.
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?
Depois do OP as pessoas começaram a participar mais e a se envolver nas questões do bairro, mas ainda é preciso paciência por parte da população, ter persistência é fundamental quando o que está em jogo são as melhorias para a comunidade.
O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?
Sim, mas ainda tem muito a melhorar, pois cada gestão trabalha de uma forma.
Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?
Falta de tempo da população e o fato da população acreditar que o OP não funcione.

Quadro 9: Perfil do Conselheiro 8

Conselheiro 8
Idade: 57 anos Grau de Instrução: Ensino Fundamental completo
Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento através de divulgação pela própria prefeitura.
Há quanto tempo você participa?
Participa há 2 anos.
Motivos que o levaram a participar do OP
Começou a participar do OP devido à luta pela melhoria nos serviços prestados a comunidade.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Não participa.

A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse em questões sociais do bairro devido à aproximação com o poder público que a ferramenta possibilita.
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?
O OP, a Secretaria responsável pelo serviço e ao Conselho Municipal.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Participa das atividades do OP, mas não regularmente.
A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
A sua participação nesse espaço o influenciou a ter mais interesse em participar de outros espaços participativos, principalmente por ter passado a conhecer como funciona um espaço onde a comunidade pode dialogar com o poder público.
Filiação Partidária
Não possui filiação partidária.
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?
Sim, pois através do OP as pessoas passaram a conhecer como funcionam espaços onde podem cobrar melhorias para a sua comunidade.
O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?
Sim, devido as ações que se concretizaram na sua região depois do OP, como melhorias na saúde e em infraestrutura.
Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?
Os dias escolhidos para as reuniões não satisfazem a população, o fato dos mesmos acreditarem que o OP não funcione e acharem que tudo não passa de questões políticas.

Quadro 10: Perfil do Conselheiro 9

Conselheiro 9
Idade: 63 anos Grau de Instrução: Ensino Médio completo

Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento do OP através da indicação de um conhecido ou familiar.
Há quanto tempo você participa?
Participa há mais de 3 anos.
Motivos que o levaram a participar do OP
Começou a participar do OP pela possibilidade de ajudar voluntariamente a sua comunidade.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Participa de Associação de Moradores há quatro anos.
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse em questões sociais do bairro devido ao trabalho voluntário, segundo o mesmo ao começar a participar e a colaborar voluntariamente mostrou-se interessado em trazer benefícios para a sua comunidade através de espaços como esse.
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?
Os vereadores que atuam no bairro e a Secretaria responsável pelo serviço.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Sim.
A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
Acredita que sua participação nesse espaço tenha o influenciado a ter mais interesse em participar de outros espaços participativos, pelo envolvimento em questões sociais sem ambições pessoais.
Filiação Partidária
Filiado ao PHS - Partido Humanista da Solidariedade a 8 anos.
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?
Acredita que esse envolvimento aumentou parcialmente, por motivos de acomodação da população em relação a essa ferramenta.

O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?
Sim, principalmente na construção de creches, escolas, áreas de esporte e praças.
Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?
As pessoas não acreditarem que o OP funcione, como também a falta de divulgação por parte do poder público das obras realizadas naquela região.

Quadro 11: Perfil do Conselheiro 10

Conselheiro 10
Idade: 71 anos Grau de Instrução: Ensino Superior incompleto
Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento através da divulgação pela própria prefeitura.
Há quanto tempo você participa?
Participa há 2 anos.
Motivos que o levaram a participar do OP
Começou a participar do OP para acompanhar a gestão pública, requerer o seu direito de cidadão e mobilizar a sua região em busca de melhorias.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Organização sindical há trinta e quatro anos.
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse em questões sociais do bairro, devido ao crescimento que o mesmo o proporcionou, como também o aprendizado de que apenas de forma coletiva é possível cobrar do poder público os seus direitos como cidadão.
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?
A Secretaria responsável pelo serviço e o Conselho Municipal.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Sim.

A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
Acredita que o OP o influenciou em ter mais interesse em participar de outros espaços participativos, pela possibilidade do diálogo entre a comunidade e o poder público que espaços como o OP viabilizam.
Filiação Partidária
Filiado ao Partido dos Trabalhadores há 30 anos.
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?
Acredita que a participação da população ainda não tenha aumentado.
O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?
Não, pois o gestor público não atendeu as demandas populares até o momento.
Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?
As pessoas não acreditarem que o OP funcione, como também o fato da população achar que tudo não passa de questões políticas.

Quadro 12: Perfil do Conselheiro 11

Conselheiro 11
Idade: 47 anos Grau de Instrução: Ensino Médio completo
Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento através da divulgação pela própria prefeitura.
Há quanto tempo você participa?
Participa há mais de 3 anos.
Motivos que o levaram a participar do OP
Começou a participar do OP para fiscalizar o serviço público e mobilizar a sua comunidade na luta por melhorias em sua região, o mesmo acredita que é através do OP que o seu direito de acompanhar as ações do poder público é concretizado.
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização

Participa de Associação de Moradores há 1 ano.
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse em questões sociais do bairro, pois passou a reivindicar a manutenção dos serviços público em sua região, e sempre que necessária cobra das secretarias a efetivação dos serviços prestados a população.
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?
O OP e a Secretaria responsável pelo serviço.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Sim.
A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
A sua participação no OP o influenciou em ter mais interesse em participar de outros espaços participativos, pois encontra-se mais confiante e experiente para dialogar em outros espaços em busca de melhorias para a sua comunidade.
Filiação Partidária
Não possui filiação partidária.
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?
Acredita que a participação da população aumentou devido a importância de participar das atividades do OP para que os serviços sejam concretizados na sua comunidade
O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?
Sim, devido às conquistas e melhorias que o OP trouxe para o seu bairro.
Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?
Os dias escolhidos para as reuniões não satisfizerem a população.

Quadro 13: Perfil do Conselheiro 12

Conselheiro 12

Idade: 52 anos Grau de Instrução: Ensino Médio completo
Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?
Tomou conhecimento do OP através da indicação de um conhecido ou familiar.
Há quanto tempo você participa?
Participa há 1 ano.
Motivos que o levaram a participar do OP
Começou a participar do OP para dar continuidade ao trabalho que era exercido desde o Orçamento Democrático de acompanhamento da gestão pública
Participação em associação comunitária, organização sindical, ou outra organização
Organização social há dezessete anos.
A participação no OP lhe fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais?
Acredita que a sua participação no OP lhe fez ter mais interesse em questões sociais do bairro, pois começou a lutar pelos direitos dos cidadãos para atender as demandas do bairro.
Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro quem você procura?
Os vereadores que atuam no bairro, a Secretaria responsável pelo serviço e o Conselho Municipal.
Participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?
Sim.
A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos?
O OP o influenciou em ter mais interesse em participar de outros espaços participativos, pela possibilidade de adquirir conhecimento na busca por melhorias no serviço público não só para o seu bairro, mas como também para toda a cidade.
Filiação Partidária
Não possui filiação partidária.
Depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro?

<p>Acredita que a população tem participado e se interessado mais em questões sociais, isso é refletido em cobranças ao poder público por melhorias na comunidade.</p>
<p>O OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?</p>
<p>Sim, trouxe mais ações e melhorias para a comunidade.</p>
<p>Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?</p>
<p>A falta de divulgação de horários e dias das reuniões, o horário das reuniões dificultam a participação e as pessoas não acreditarem que o OP funcione.</p>

A exposição dos perfis dos conselheiros é fundamental para termos uma noção da atuação desses cidadãos, de acordo com o seu interesse e envolvimento nas questões sociais das quais demandam as ações do OP, além do interesse em outros espaços participativos, como também dos limites para o desenvolvimento de uma participação política através desse espaço público.

4.2. Sistematização de discussão dos resultados

Inicialmente, expõem-se de forma objetiva os dados obtidos com o trabalho de campo. O questionário foi aplicado a uma amostra de 12 participantes, especificamente, conselheiros municipais.

4.2.1. Idade

A maioria dos entrevistados possui entre 40 a 57 anos e de 60 a 71 anos de idade.

4.2.2. Como conheceram o OP?

A maioria dos participantes conheceu o OP através da indicação de um conhecido, amigo ou familiar, sendo assim 75% dos entrevistados, enquanto apenas 25% conheceram o OP através de divulgação da própria prefeitura.

4.2.3. Tempo de participação no OP

Em relação ao tempo de participação no OP, aproximadamente 42% dos entrevistados participam da ferramenta há três anos ou mais, já 33% participam há dois anos, enquanto 25% participam há um ano.

4.2.4. Motivos que levaram os entrevistados a participarem do OP

Quanto aos motivos pelos quais os entrevistados atribuem a sua participação no OP, os mais comuns, citados pela maioria da amostra, aproximadamente 76% dos participantes começaram a participar do OP devido a necessidade de ajudar o seu bairro ou comunidade a conquistar melhorias nos serviços públicos prestados em sua região, cerca de 16% responderam que os motivos que os levaram a participar do OP estão ligados ao trabalho voluntário voltado para a comunidade, enquanto 8% ressaltou o fato de poder fiscalizar as ações da gestão pública como principal motivo para participação no OP.

4.2.5. Nível de participação nas atividades do OP

Enquanto a participação dos entrevistados em atividades do OP como reuniões, assembleias e fóruns, 75% dos participantes respondeu que participam regularmente indo a todas as atividades do OP, enquanto 25% participam das atividades, mas não regularmente. É válido ressaltar que apesar de estarmos cientes do viés existente entre ocupação desses participantes na posição de conselheiro municipal e o fato de estar presente em todas as atividades do OP.

4.2.6. Interesse dos entrevistados em se envolver em questões sociais da sua região

Todos os entrevistados acreditam que o Orçamento Participativo lhes influenciaram a ter mais interesses em questões sociais da sua região, para eles, a oportunidade de dialogar com poder público, e o espaço aberto para cobrar as melhorias tão almejadas pela população de seus bairros ou comunidades, lhes possibilitaram uma maior segurança e conhecimento acerca dos seus direitos e deveres como cidadãos, como também do funcionamento de espaços como esse que emanam da participação popular. Nas palavras de um dos conselheiros, *“Sim, o OP me fez ter mais interesse em questões sociais do meu bairro, através das reuniões com a comunidade e da relação com o poder público possibilitou a busca por melhorias para a minha região”*. Como também, *“Sim, pois hoje sempre que preciso vou nas secretarias ou órgãos em que posso reivindicar os meus direitos”*.

4.2.7. A influência do OP no interesse da população pelas questões do bairro depois do OP

Apesar, do descrédito da população em relação ao poder público e a ferramenta em questão, citado repetidamente pelos entrevistados, como, *“Embora na atual gestão as coisas tenham melhorado, ainda há bastante descrédito no poder público”*, ou *“Sim, mas de modo geral percebe-se que a população está desacreditada na ferramenta”*, e ainda *“Em*

parte sim, mas a população encontra-se desacreditada por não ver resultados concretos”, apesar de respostas como estas, a maioria demonstrou que a população começou a se envolver mais nas questões do seu bairro depois do OP, cerca de 58% dos entrevistados, para eles os cidadãos encontram no OP um espaço para cobrar a efetivação de serviços e obras públicas da gestão municipal, porém também foi ressaltada a acomodação das pessoas em relação à participação política dificultando a efetivação do processo participativo e a busca por melhorias em determinadas regiões.

4.2.8. A quem os entrevistados recorrem para solucionar problemas do bairro

Uma das principais características de espaços públicos como o OP é a de possibilitar aos cidadãos a participação ativa junto aos órgãos públicos na elaboração de serviços que satisfaçam e melhorem a qualidade de vida da população. Essa disponibilidade foi ressaltada pelos entrevistados quando questionados sobre a quem eles recorrem quando precisam solucionar algum problema em sua região.

Os entrevistados tiveram cinco alternativas para responder tal pergunta, foram elas: apenas o OP; vereadores que atuam no bairro; a secretaria responsável pelo serviço; o conselho municipal; ou no caso de nenhuma das alternativas, poderia optar por Outros e exemplificar quais seriam esses possíveis meios de solucionar os problemas de sua região, porém os entrevistados poderiam optar por mais de uma alternativa, sendo assim respondendo a pergunta através de “voto” em mais de uma opção. Logo, 25% optaram pelo o OP, a secretaria responsável, e o Conselho Municipal; aproximadamente 17% responderam que recorrem à secretaria responsável e ao conselho municipal; aproximadamente 17% ao OP e a secretaria responsável pelo serviço; aproximadamente 17% responderam que procuram os vereadores que atuam no bairro e a secretaria responsável pelo serviço; 8% recorrem ao OP, vereadores que atuam no bairro e a secretaria responsável pelo serviço; 8% ao o OP e o Conselho Municipal; e 8% recorrem ao OP, vereadores que atuam no bairro, a secretaria responsável pelo serviço, e o Conselho Municipal.

4.2.9. Mudança de realidade depois do OP em relação a obras e serviços públicos

Ao eleger as suas demandas nas audiências regionais durante o ciclo do OP, os cidadãos conseguem estreitar a relação entre o que será realizado pelo poder público e as reais necessidades da sua comunidade ou bairro. Com isso, buscamos constatar se o OP vem conseguindo mudar a realidade da região desses cidadãos, e as respostas foram positivas, aproximadamente 83% dos entrevistados afirmaram que o OP ajudou na mudança de

realidade, com respostas como: *“Sim, o OP vem ajudando a mudar a realidade do meu bairro principalmente na construção de creches, escolas, áreas de esporte e praças”*, ou, *“Sim, houve melhoria na saúde, como também na infraestrutura do bairro”*, como também *“Sim, trouxe mais ações e melhorias para a comunidade”*. Enquanto aproximadamente 17% não acreditam nessa mudança de realidades, como expõem em suas respostas, *“O OP não ajudou a mudar a realidade da minha comunidade pois o gestor público não atendeu as demandas populares até o momento”*; ou ainda *“Não ajudou a mudar a realidade da minha região porque o OP deveria ser mais respeitado e assistido”*.

4.2.10. A participação dos entrevistados em outros espaços públicos

A dinâmica de participação e diálogo possibilitada pelo OP pode despertar em seus participantes um maior conhecimento e interesse acerca de outros espaços participativos, como associações, sindicatos, movimentos sociais, entre outros. Ao serem questionados sobre a influência do OP no interesse em participar de outros espaços públicos, aproximadamente 83% dos entrevistados responderam positivamente a este questionamento, enquanto aproximadamente 8% disseram que o OP não o influenciou a ter interesse em outros espaços, como também 8% dos entrevistados disseram que já havia participado de espaços como este antes do OP.

Quando questionados sobre a sua participação em associações, 42% dos entrevistados começaram a participar de associações de moradores em sua região depois do início da participação no OP, enquanto aproximadamente 17% da amostra já participavam de associações quando ingressaram no espaço público. Além do que 42% não participam de associações. Em relação a participação em espaços de negociações com o poder público, 50% dos entrevistados participam de sindicatos e conselhos.

4.2.11. Filiação Partidária

No que se refere à filiação partidária dos entrevistados, aproximadamente, apenas 33% são filiados a partidos políticos. Enquanto aos partidos são eles, o Partido dos Trabalhadores e o Partido Humanista da Solidariedade, o que nos leva a conclusão que apesar da enorme influência política que espaços como o OP representam, não podemos justificar, a priori, a posição de conselheiros que esses cidadãos ocupam, a um possível envolvimento partidário dos mesmos. Pois, apenas 8% da amostra filiaram-se a um partido político depois da sua participação no OP, os outros já eram filiados antes de participar do mesmo.

4.2.12. Desafios que dificultam a participação no OP

Maior participação, melhorias em serviços públicos, mudança de realidade, entre outros benefícios como estes foram citados repetidamente pelos entrevistados, mas as dificuldades também foi algo que nos chamou atenção, principalmente no que diz respeito aos desafios encontrados pelos cidadãos para a participação no OP. Diante das alternativas disponíveis para constatar os principais desafios em relação à participação política dos cidadãos, os entrevistados puderam votar em mais de uma alternativa, sendo elas: falta de divulgação de horário e dia das reuniões; o horário das reuniões dificulta a participação; os dias escolhidos para as reuniões não satisfazem a população; a população não acredita que o OP funciona; a população acha que tudo não passa de questões políticas; falta de tempo; ou outros motivos não exemplificados por nós no questionário ficando a critério dos entrevistados descrevê-los.

Para um melhor entendimento do leitor, decidimos apresentar, ao invés da porcentagem, a quantidade de votos que cada alternativa recebeu. Sendo assim, o fato da população não acreditar que o OP funcione obteve onze votos; seguido da alternativa em que população acredita que tudo não passa de questões políticas que recebeu sete votos; a falta de divulgação de horário e dia das reuniões obteve três votos; os dias escolhidos para as reuniões não satisfazem a população obteve apenas um voto; o horário escolhido para as reuniões e a falta de tempo, também somaram apenas um voto.

Apesar dos dados apontarem o alcance de melhorias através da participação do OP, o descrédito da população na ferramenta nos surpreende. No entanto podemos relacionar esses dados com outras informações coletadas ao decorrer do questionário, como por exemplo, a demora na concretização das demandas eleitas pela população nas Audiências Regionais. Logo, podemos concluir que depois de participar e eleger suas necessidades a população espera que essas demandas sejam efetivadas, quando isso não acontece, o descrédito e a diminuição da participação popular é inevitável.

4.3. Participação política e cidadania ativa no Orçamento Participativo

Depois de expor os resultados do levantamento de dados em relação à participação política, envolvimento em questões sociais pelos participantes, melhorias proporcionadas pelo OP e até mesmo das dificuldades que o espaço público vem enfrentando em relação tanto à participação quanto a efetivação das demandas, buscamos aqui discutir a

influência da participação política proporcionada pelo Orçamento Participativo no desenvolvimento do exercício da cidadania ativa nos participantes desse espaço público.

Embora a participação efetiva em espaços públicos como o Orçamento Participativo já possa ser considerada uma característica do exercício da cidadania ativa, nossa pesquisa utilizou como indicador o envolvimento desses participantes em outros espaços de cunho participativo, como associações, sindicatos, organizações sociais, enfim, cujo principal objetivo é constatar se a participação no OP vem influenciando esses cidadãos a participarem de outros espaços, e assim estarem exercendo uma cidadania ativa. Assim indagamos os cidadãos a dois questionamentos, primeiramente se a participação no Orçamento Participativo o influenciou a participar de outros espaços públicos, ajudou a envolver-se mais, aprender como funcionam, e em seguida, quais seriam esses espaços e há quanto tempo participam dos mesmos. O levantamento de dados em relação a influencia que o OP representa no interesse dos seus participantes por outros espaços de cunho participativo foi bastante positivo, apenas um dos entrevistados respondeu negativamente ao questionamento, os demais ressaltaram que passaram a ter mais interesse em outros espaços a partir do OP, principalmente pelo conhecimento proporcionado acerca da dinâmica de participação política que espaços como esse possibilitam, pela possibilidade de diálogos entre os próprios cidadãos como também entre a população e o poder público, a oportunidade de levar as suas necessidades a público, e o melhor, poder ser ouvido, é um dos principais fatos que levam essas pessoas a ter mais interesse e a envolver-se em questões sociais e participativas em sua região.

Embora as reações tenham sido positivas em relação ao interesse em outros espaços participativos, como já havia sido exposto nessa pesquisa, aproximadamente 42% começaram a participar de associações de moradores em sua região depois do início da participação no OP, enquanto aproximadamente 17% da amostra já participavam de associações quando ingressaram no espaço público.

Considerando os dados obtidos, podemos afirmar que a participação política proporcionada pelo OP vem influenciando os seus participantes a desenvolver interesses reais em espaços públicos que usem da participação para proporcionar melhorias na qualidade de vida dos cidadãos, como exposto, esse interesse tem sido despertado pela possibilidade de dialogar com o poder público. Logo, como já havíamos discutido anteriormente a participação política fomentada pelo OP apresenta-se como um instrumento de aprofundamento da cidadania. Conforme afirma Tenório e Rozenbreg (1997), “em sua plenitude, a cidadania só

se consolida na presença de uma participação entendida como ação coletiva e exercício consciente, voluntário e conquistado".

Ainda, de acordo com Grosselli e Mezzaroba (2011),

“a participação criará melhores cidadãos e, quem sabe, simplesmente melhores indivíduos, os obrigará a traduzir em termos públicos seus desejos e aspirações, incentivará a empatia e a solidariedade, os forçará a argumentar racionalmente ante seus iguais e a compartilhar responsabilmente as consequências (boas e más) das decisões” (2011, p.7132).

O aprendizado político obtido através da dinâmica utilizada pelo Orçamento Participativo de discussão acerca das necessidades dos cidadãos, das eleições de demandas, possibilidade de representação até a devida efetivação dos anseios da população, tem despertado o interesse dos cidadãos envolvidos por outros espaços participativos, de acordo com o observado pelos conselheiros em sua atuação. Isso foi claramente demonstrado ao decorrer de todo o questionário aplicado à amostra, respostas que afirmam que o cidadão está mais “livre” e mais atento à importância de sua participação foram apresentadas repetidamente, nas palavras dos conselheiros: “*Hoje as pessoas sabem a importância de participar para poder trazer melhorias para a comunidade*”; ou ainda, “*No OP, a comunidade participa em massa, se interessa e cobra as ações do poder público*”.

Dessa forma, destacamos a importância da construção e consolidação de espaços públicos na gestão pública municipal, devido aos ganhos em relação ao desenvolvimento da cidadania que ferramentas como o OP vêm representando para o cenário participativo da região. Ao considerarmos a participação como instrumento de acesso e aprofundamento da cidadania, colocamos espaços públicos como o Orçamento Participativo no centro das atenções, onde o principal objetivo é estimular a população a envolver-se em questões políticas e sociais do seu bairro ou comunidade. A cidadania ativa exercida a partir da participação política tem formado pessoas mais conscientes e capazes de exercerem o seu papel como cidadãos, como cobrar dos gestores públicos ações que beneficiem e melhorem a qualidade de vida da sua região, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma cultura política participativa na cidade.

Os mecanismos de articulação e de representação que o OP proporciona, apresentam-se como uma ferramenta fundamental de mobilização popular, daí a importância da atuação dos conselheiros do OP no processo de consolidação da participação política no município, como também da sua influência no desenvolvimento da cidadania ativa em meio aos cidadãos pessoenses. Dessa forma, essa pesquisa buscou constatar se essa participação

política oferecida pelo OP vem ajudando na formação de cidadãos conscientes e partícipes da vida política e social da cidade, através do envolvimento desses conselheiros em outros espaços participativos após participação no OP, porém ressalta-se o viés existente ao utilizar como amostra, representantes das regiões participativas, cidadãos comuns que são eleitos por meio de votação pela população, mas que supõe-se que já possuam uma atuação política e participativa prévia. Porém, através dos dados obtidos, pudemos perceber que esses conselheiros, são cidadãos que destacam-se pela intensa busca por melhorias na qualidade de vida e prestação de serviços públicos das suas regiões, e que além disso, a participação proporcionada pelo OP vem influenciando-os a se envolver em outros espaços, como as associações de moradores.

Após os resultados positivos acerca dos efeitos da experiência do OP no exercício da cidadania ativa, como maior participação política, envolvimento em questões sociais e participação em outros espaços participativos por parte dos conselheiros municipais, ressaltamos a importância da consolidação de espaços participativos como o OP na gestão pública brasileira para a formação de cidadãos conscientes, portadores de direitos e deveres, participantes ativos do diálogo com o poder público, e capazes de decidir sobre o futuro da sua comunidade ou região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma breve análise bibliográfica apresentada nesse trabalho, pudemos perceber a importância da atuação dos movimentos e organizações sociais na luta para romper com a noção de cidadania restrita, regulada pelo Estado, exercida apenas por aqueles que ocupavam posições profissionais regulamentadas por lei. Essa atuação foi fundamental para o reconhecimento de cidadãos ativos e participativos do processo político do país, os quais buscavam uma transformação no cenário político brasileiro através da conquista do direito de participar do processo de decisão que antes era ocupado apenas pelo Estado. O surgimento dos espaços públicos representa o saldo positivo dessa luta do direito a ter direitos e da ampliação da participação política no país.

A consolidação e a disseminação dos espaços públicos como o Orçamento Participativo é uma realidade. Dessa forma, mostrou-se válido considerar a importância de explorar em que aspectos a participação política proporcionada por essa ferramenta da gestão pública vem ajudando os cidadãos da cidade de João Pessoa, especificamente no exercício da cidadania ativa. Logo, acredita-se que o objetivo geral proposto por esse trabalho foi atingido de forma satisfatória, uma vez que conseguimos explorar essa relação entre participação política e cidadania ativa proporcionada pelo OP. Através da pesquisa de campo e da aplicação de questionários semi-estruturados conseguimos traçar os perfis da amostra de conselheiros, e com a coleta de dados pudemos relacionar os principais aspectos que levam os cidadãos não só a participar do OP como também se interessar pelas questões do bairro ou comunidade, e participar de outros espaços participativos fora do OP.

Considerando os limites dessa pesquisa relacionados ao calendário do OP e as dificuldades na realização de entrevistas, como também do viés existente por utilizar como amostra cidadãos ocupantes de posições de representação consolidadas, podemos considerar, como possível continuidade para esse trabalho, uma análise de se este exercício da cidadania ativa também está alcançando os cidadãos participantes do OP que não ocupam posições de representação tão consolidadas, podendo assim atingir níveis mais abrangentes de compreensão acerca da ampliação da participação política e do exercício de uma cidadania consciente através do OP no município de João Pessoa.

REFERÊNCIAS

AMELIA Panet et.al. **O Orçamento Democrático como um instrumento na construção da urbanidade: experiência de João Pessoa-PB, de 2005 a 2011.** V Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/099-o-or%20amento-democr%20tico-como-uintstrumento-na-constru%20o-da-urbanidade-experi%20ancia-dejo%20o-pessoa-pb-de-2005-a-2011.pdf>>.

AVRITZER. Leonardo; NAVARRO. Zander. **A inovação democrática no Brasil: O Orçamento Participativo.** São Paulo. Editora Cortez, 2002.

BENEVIDES. Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular.** São Paulo. Editora Ática, 1991.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002.

DAGNINO, EVELINA. **Sociedade Civil, participação e cidadania: do que estamos falando?** Caracas. Editora FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>>.

FEDOZZI, L., J.; LIMA, K. C. P.; **Os OP no Brasil.** In: DIAS, N. Coord. Esperança democrática: 25 anos de Orçamentos Participativos no Mundo. Ed. Associação In Loco. Lisboa. 2013, p. 156-162.

GECD. **Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática.** Ideias, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de campinas, 1998-1999.

GROSSELLI. Grasiela; ORIDES, Mezzaroba. **A Participação Política e suas implicações para a construção de uma cidadania plena e de uma cultura política democrática.** XX Encontro Nacional do CONPEDI, Belo Horizonte, 2011, p.7128-7143.

GUARANÁ, Juliana; FLEURY, Sonia. **Gestão participativa como instrumento de inclusão democrática: o caso dos Comitês Gestores de Bairro do Programa Nova Baixada.** São Paulo. Revista de Administração de Empresas, v.48, p.94-103, JUL/SET, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v48n3/a09v48n3.pdf>>

BRASIL. Lei Ordinária nº 12.539, de 12 de Março de 2013. Institucionaliza o Orçamento Participativo no âmbito do município de João Pessoa - PB, alterando dispositivos da Lei Mnº 11.903, de 29 de março de 2010. Disponível em:

<http://177.200.32.195:9673/sapl/sapl_documentos/materia/26849_texto_integral>

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.

OLIVEIRA, Adailson Régis. **Orçamento Democrático em João Pessoa: A experiência do Bairro do Roger**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/oraamento_democratico_em_joao_pessoa_a_experiancia_do_bairro_do_roger_1343922449.pdf>.

PPA PARTICIPATIVO, Construindo Políticas Públicas com a participação popular. Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2013.

REGO, Mirilene Gomes de Souza. **A influência da implantação do Orçamento Participativo na Cultura Política dos habitantes da cidade de João Pessoa-PB**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/ppga/site/arquivos/dissertacoes/dissertacao_53.pdf>.

ROSSI, Olinto de. **Orçamento Participativo e a Formação para a cidadania**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3886/000315070.pdf?sequence=1>>

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. **Democracia, Orçamento Participativo e Educação Política**. Belo Horizonte. Revista Org & Demo, v.7, p.153-182, 2006. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/397/297>>

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

SILVA, Aida; TAVARES, Celma. **A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos**. Recife. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 27, p.13-24, JAN/ABR, 2011. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/aidamonteiro/aida_cidadania_ativa_relacao_edh.pdf>

SILVA. Auricely Lopes Albino; LIMA. Yure Silva. **O Orçamento Democrático de João Pessoa: Mecanismos de Articulação**. Universidade Federal da Paraíba, 2011. Disponível em:

<http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/o_oramento_democratico_de_joao_pessoa_mecanismos_de_articulacao_1343918572.pdf>

TELLES, Vera. **Sociedade Civil e os caminhos (incertos) da cidadania**. São Paulo. Revista São Paulo em perspectiva, p.07-14, 1994. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n02/v08n02_02.pdf

TENÓRIO, Fernando Guilherme; ROZENBERG, Jacob Eduardo. **Gestão Pública e cidadania: metodologias participativas em ação**. Rio de Janeiro. Revista de Administração Pública, p.101-125. JUL./AGO, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/7882/6551>

ANEXO I

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Nome:

Idade:

Sexo: () Feminino () Masculino

Grau de Instrução:

Região de Participação Popular:

1. Quando e como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo? Há quanto tempo você participa do Orçamento Participativo?
2. Qual foi o motivo que te levou a participar do Orçamento Participativo?
3. Você participa de alguma associação, comunidade, movimento social, sindical ou organização? Há quanto tempo? [Se for depois do OP]: você acredita que sua participação no OP te fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais, na vida do bairro e da cidade e nas organizações para melhorar a qualidade de vida da população?
4. Você participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP? Ou participa mais no bairro e nas regiões?
5. No começo, você encontrou dificuldades para entender como funciona o OP e para participar e se candidatar a conselheiro? Se sim, quais? E como tratou dessas dificuldades?
6. Você já tinha participado de outro espaço participativo, como conselho municipal de saúde, no PSF, de educação, ou fórum, audiência do orçamento, antes do OP? Quais?
7. Atualmente, você participa de outro espaço participativo como conselho, fórum, audiências do orçamento além do OP? Se sim, quais? Você é conselheiro ou só assiste as reuniões e acompanha a atuação deste(s) espaço(s)?
8. A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a participar desses espaços? Ajudou você a se envolver mais, aprender como funcionam estes espaços?
9. Você é filiado a algum partido político? Se sim, qual? Filiou-se antes ou depois do OP? [Se depois do OP] Você acredita que sua participação no OP incentivou você a se interessar pela política e se envolver com o partido? Como? Conte um pouco...

10. Você contribuiu como voluntário, ajuda de alguma forma, com o trabalho de algum político (deputado, vereador) buscando benefícios para o bairro? Qual/quais? Se sim, você acredita que o OP te incentivou a buscar essas relações para contribuir com seu bairro?
11. Você acha que depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro? Conte um pouco como foi esse processo.
12. Você acha que o OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos? A relação do bairro com o poder público mudou? A prefeitura está mais presente no bairro? Atende às demandas, presta contas?
13. Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?

ANEXO II

QUESTIONÁRIO - PESQUISA "OP E CIDADANIA EM JOÃO PESSOA"
 Departamento de Tecnologia e Gestão - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
 Aluna: Daiane Emiley da Silva

Agradeço por sua contribuição à minha pesquisa de conclusão de curso em Gestão Pública, na UFPB. Seus dados não serão divulgados e as respostas dadas a este questionário serão tratadas com sigilo, e seu anonimato respeitado.

Estou à disposição para qualquer esclarecimento.

Nome: _____

Idade: _____ Telefone: _____

Sexo: () Feminino () Masculino Grau de Instrução: _____

Região de Participação Popular: _____

1. Como você ficou sabendo que existia o Orçamento Participativo?

- () Indicação de um conhecido, amigo ou familiar
 () Através da divulgação pela própria prefeitura
 () Outro. Como? _____

2. Há quanto tempo você participa do Orçamento Participativo?

- () menos de 1 ano
 () 1 ano
 () 2 anos
 () 3 anos ou mais

3. Quais foram os motivos que te levaram a participar do Orçamento Participativo?

4. Você participa de alguma associação comunitária ou de bairro, fórum, movimento social, sindical ou organização?

- () Sim

Quais? Por favor, liste na tabela abaixo:

Nome da organização/associação/movimento	Há quanto tempo participa?

--	--

() Não (passar para questão 5)

5. Você participa de algum outro espaço participativo ou de negociação com o poder público sobre questões da sua cidade/do seu bairro?

() Sim

Quais? Por favor, liste na tabela abaixo:

Nome do espaço participativo/conselho	Há quanto tempo participa?

() Não (passar para questão 6)

6. Você acredita que sua participação no OP te fez ter mais interesse em se envolver nas questões sociais, na vida do bairro e da cidade para melhorar a qualidade de vida da população? Explique.

7. Quando você quer ajudar a resolver algum problema no seu bairro, como falta de algum serviço público, obra etc., quem você procura? (Marque todas as alternativas verdadeiras)

() apenas o OP

() vereador(es) que atua(m) no bairro

() a Secretaria responsável pelo serviço/obra

() Conselho Municipal

() Outros. Quais? _____

8. Você participa em todas as reuniões, assembleias e fóruns do OP?

- Sim, participo em todas as atividades
- Participo apenas na comunidade
- Participo, mas não regularmente.

9. No começo, você encontrou dificuldades para entender como funciona o OP?

- Sim, encontrei dificuldades em participar

Quais? _____

- Sim, encontrei dificuldades para me candidatar a conselheiro

Quais? _____

- Não encontrei dificuldades

10. A participação no Orçamento Participativo lhe influenciou a ter interesse em participar de outros espaços participativos? Se sim, ajudou você a se envolver mais, aprender como funcionam estes espaços? Explique.

11. Você é filiado a algum partido político?

- Sim.

Qual? _____

Há quanto tempo? _____

- Não sou filiado

12. Você acha que depois do OP as pessoas do seu bairro começaram a participar mais e se envolver nas questões do bairro? Explique.

13. Você acha que o OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicos?

- Sim Não

Comente (se desejar)

14. Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do OP?

- () Falta de divulgação de horário e dia das reuniões
- () O horário das reuniões dificulta a participação
- () Os dias escolhidos para as reuniões não satisfazem a população
- () A população não acredita que o OP funciona
- () A população acha que tudo não passa de questões políticas
- () Falta de tempo
- () Outros. Quais?